



O TERRITÓRIO SAGRADO

& SUAS VOZES QUE
CLAMAM COM FÉ



O TERRITÓRIO SAGRADO

& SUAS VOZES QUE
CLAMAM COM FÉ

TAPIRI ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO
2022 - 2025

Direito de Edição, Publicação e Distribuição:
Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)

ISBN: 978-65-85847-18-6

Nome da publicação:
O Território Sagrado e suas vozes que clamam com fé
TAPIRI ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO

Ano da publicação: 2025

Autoria:
Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)

Redação:
Bianca Daébs Seixas Almeida
Maise Silva
Sônia Gomes Mota

Pesquisa e documentação:
Bianca Daébs Seixas Almeida
Maise Silva
Vinícius Benites Alves

Organização:
Bianca Daébs Seixas Almeida
Maise Silva
Sônia Gomes Mota
Patricia Gordano

Revisão da Língua Portuguesa: **Smirna Cavalheiro**

Capa e Design gráfico: Wanessa Ribeiro
Fotografia e vídeos: Arquivos CESE
Diagramação: **Gabrielle Sodré e Lamartine Sampaio Neto**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Território sagrado e suas vozes que clamam com
fé : Tapiri ecumênico e inter-religioso /
[Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)]. --
1. ed. -- Salvador, BA : Soffial0 Assessoria
Socioculturais e Educacionais : Coordenadoria
Ecumênica de Serviço - CESE, 2025.

Bibliografia

ISBN 978-65-85847-18-6

1. Comunidades cristãs 2. Cristianismo
3. Tapiri Ecumênico e Inter-religioso - Amazônia (AM)
4. Teologia social I. Coordenadoria Ecumênica de
Serviço (CESE).

25-307992.0

CDD-261

Índices para catálogo sistemático:

1. Teologia social 261

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



APOIO:

Ford Foundation

Sobre a CESE: a **CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço** - é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua na promoção, defesa e garantia de direitos em todo o país. É uma organização ecumênica, composta por seis igrejas cristãs. São elas: Aliança de Batista do Brasil (ABB); Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB); Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB); Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB); Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB/ICAR- Igreja Católica Apostólica Romana). Foi fundada em 1973 para ser uma expressão do compromisso ecumênico em defesa dos direitos.

Esta publicação é parte do Projeto “Amazônia de Todas as Lutas” que contou com apoio financeiro da Fundação Ford.

Diretoria Institucional da CESE:

Sra. Anita Sue Wright Torres (IPU)

Presidenta

Pastor Renato Küntzer (IECLB)

Vice-Presidente

Sra. Gilvaneide José dos Santos (ABB)

Primeira Secretária

Padre Marcus Barbosa Guimarães (ICAR/CNBB)

Segundo Secretário

Bispo João Câncio Peixoto Filho (IEAB)

Primeiro Tesoureiro

Presbítera Eleni Rodrigues Mender Rangel (IPIB)

Segunda Tesoureira

Conselho Fiscal da CESE:

Pastor Sidney Retz (IECLB)

Bispa Magda Guedes Pereira (IEAB)

Pastora Camila Leite Oliver (ABB)

Maria Della Giustina suplente (ICAR)

Equipe Executiva
Diretora Executiva:
Sônia Gomes Mota

Coordenação administrativa e financeira:
Daniel Musse

Coordenação de Projetos e Formação:
Antônio Dimas Galvão

Coordenação de Comunicação:
Patrícia Gordano

Secretaria:
Antonia Soares, Ester Borges, Tamires Ventura

Assessoria para o Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso:
Bianca Daébs Seixas Almeida

Assessoria de Projetos e Formação:
Ana Paula Ferreira Lima, Carlos Eduardo Chaves, Lucyvanda Moura, Marcella Gomez, Rochelle Fiorini, Rosana Fernandes, Vanessa Pugliesi, Vinícius Benites Alves, Tifane Araújo

Secretaria de Projetos:
Juçara Ferreira
Lúcia Ferreira

Setor de Comunicação:
Beatriz Tuxá, Lucas Nascimento, Marília Pinto e Tarcilo Santana

Setor Administrativo e Financeiro:
Antonio Carlos Souza, Antonio Pereira, Cesar Ferreira dos Santos, Darlan Oliveira, Débora Ferreira, Edijane Silva, Eraldo C. Lessa, Gael Ferreira, Gilberto Oliveira, Kátia Castilho, Mônica Sanches, Renato Rebouças

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Rua da Graça, 164 – Graça – Salvador/BA - CEP 40.150-055
www.cese.org.br |    @cesedireitos

AGRADECIMENTOS

A CESE agradece a todas as organizações que fizeram parte dos nove Tapiris e da articulação que construiu o Tapiri da Cúpula dos Povos/ COP30:

ACT Alliance

Aliança de Batistas do Brasil (ABB)

Associação Alternativa Terrazul

Associação Mundial de Comunicadores Cristãos (WACC)

Associação Nacional Por Uma Economia de Comunhão

Brahma Kumaris

Casa da Paz

Casa das Religiões Unidas

Catedral Anglicana de Santa Maria (IEAB-DAA) /PA

Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)/PA

Centro Social Casa Irmã Joselha

Christian AID

Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB)

Comissão de Incidência Pública, Direitos Humanos e Combate ao Racismo da Igreja

Episcopal Anglicana do Brasil

Comitê Dorothy Stang

Comitê Inter-religioso do Pará

Conselho Amazônico de Igrejas Cristãs (CAIC)

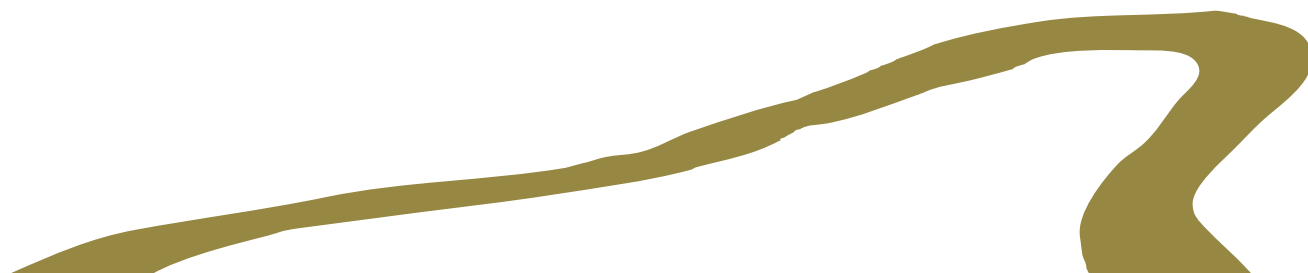
Conselho Mundial de Igrejas Cristãs (CMI)

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)

Diocese Anglicana da Amazônia

Diocese Anglicana de Brasília

Fé no Clima/Instituto de Estudos da Religião (ISER)



FEACT Brasil

Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito /PA

Fundação Luterana de Diaconia (FLD)

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB)

Igreja Presbiteriana Unida (IPU)

Iniciativa das Religiões Unidas (URI)

Instituto Afro-brasileiro e Cultural ACIYOMI

Jesuítas Brasil

Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço

Movimento Laudato Si

Movimento Renovar Nosso Mundo Brasil

Nós da Criação

Núcleo Lux Mundi (CRB/CNBB)

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA)

Paróquia Evangélica de Confissão Luterana / PA

Primeira Igreja Presbiteriana Unida da Amazônia

Processo de Diálogo e Articulação (PAD)

Projeto Curupira

Rede Ecumênica da Água (REDA)

Rede Amazonizar

Rede Igrejas e Mineração

Renovar Nosso Mundo

REPAM Brasil

Serviço Interfranciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE)

Teia dos Povos

Terreiro Mansu Mansumbandu Kenkue Neta

United Society Partners in the Gospel (USPG)





SUMÁRIO

ESCU TA SÓ ESSA HISTÓRIA	10
QUEM NOS CONVIDA PARA TRILHAR ESTE CAMINHO	12
ESPIE SÓ COMO ESTA HISTÓRIA COMEÇOU	14
FUNDAMENTALISMO: QUE BICHO É ESTE?	16
AMAZÔNIA LEGAL: TERRITÓRIO DE MUITAS LUTAS E DE GENTE RESISTENTE	18
TAPIRI ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO: ESPAÇO DE DIÁLOGO, ESPERANÇA E RENOVAÇÃO	21

OS TAPIRIS DA AMAZÔNIA LEGAL 22

TAPIRI / PARÁ 23

TAPIRI / AMAZONAS 34

TAPIRI / RONDÔNIA 41

TAPIRI / MARANHÃO 49

TAPIRI / MATO GROSSO 62

TAPIRI / AMAPÁ 70

TAPIRI / RORAIMA 78

TAPIRI / TOCANTINS 86

TAPIRI / ACRE 96

O QUE VIMOS, OUVIMOS E APRENDEMOS...:..... 104

REFERÊNCIAS 106



ESCUta SÓ ESSA HISTÓRIA...

Em julho de 2022, durante o X Fórum Social Pan-Amazônico, realizado em Belém, no Pará, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) realizou o primeiro Tapiri Ecumênico Inter-religioso (TAPIRI). Este teve como objetivo promover o diálogo e a escuta, nos nove Estados da Amazônia Legal brasileira, sobre como os fundamentalismos afetam a vida dos povos amazônicos.

O Tapiri fez parte do projeto “Amazônia de Todas as Lutas”, apoiado pela Fundação Ford. Em cada Estado foram reunidos representantes de diversas religiões, povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e representantes do poder público para refletir temas centrais sobre os fundamentalismos (religiosos, políticos e econômicos), mudanças climáticas, os direitos das mulheres, juventudes e população LGBTQIAPN+.

A execução teve duração de quatro anos e com exceção dos Tapiris do Pará, Amazonas e Rondônia, os demais foram acrescidos de vivências em territórios. Em dois Estados – Maranhão e Tocantins, o Tapiri generosamente abriu espaço para a realização da 5ª e 6ª Missão Ecumênica. Essas missões realizadas pela CESE desde 2015 conclamam suas igrejas a irem em solidariedade visitar um território onde ocorre grave violação de direito como testemunho e compromisso profético.

As pessoas que participaram consideraram o Tapiri Ecumênico e Inter-Religioso como um importante espaço de reflexão, denúncia e articulação na luta por uma sociedade mais justa, igualitária e plural na Amazônia Legal. Todos os encontros do Tapiri foram marcados pelo diálogo, inclusão e diversidade de participantes e de expressões religiosas. Os diferentes segmentos sociais se uniram em prol da justiça social e do respeito às diferenças.

O que você lerá é uma versão resumida da potência das falas proferidas e das reflexões realizadas. Cada uma deverá lembrar que, na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, precisamos assumir o compromisso de combater todas as formas de opressão se quisermos construir um mundo no qual todas as pessoas possam viver com dignidade e liberdade.

Que esta publicação possa inspirar novas ações que promovam o diálogo Ecumênico e Inter-religioso como instrumento de combate aos fundamentalismos na luta por direitos.

BIANCA DAÉBS, SONIA MOTA E VINÍCIUS BENITES ALVES
Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE





Primeiro Tapiri realizado no
X FOSPA, de 28 a 31 de julho
de 2022 em Belém/PA





QUEM NOS CONVIDA PARA TRILHAR ESTE CAMINHO

O Brasil vivia o regime ditatorial militar. Após a publicação do Ato Institucional número 5 (AI5), muitas pessoas foram presas e torturadas. Outras tantas foram exiladas, incluindo pastores/as, padres e defensores e defensoras dos direitos humanos.

Naquele contexto, seis igrejas cristãs (protestantes e católica) se uniram para fundar a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), uma organização criada em 1973 para ser uma expressão do compromisso ecumênico em defesa dos Direitos Humanos.

No auge da ditadura militar, a CESE quis ser um sinal de esperança ao adotar o ecumenismo de serviço voltado para a defesa de direitos, que significa um serviço politizado para atender a demandas dos movimentos sociais e apoiar medidas efetivas que mudem a situação das populações mais vulneráveis, marginalizadas e excluídas do país. Com isso, desde aquela época, a CESE afirma um novo conceito de diaconia, superando o assistencialismo e atuando nas causas dos principais problemas sociais, colocando-se o mais próximo das populações mais vulnerabilizadas que procuram formas de organização, mobilização e educação para transformar a realidade.

Desde seu surgimento, o compromisso da CESE é transpor o serviço social cristão, diaconia, para além dos “muros das igrejas”, a fim de cumprir profeticamente sua missão de: *“Fortalecer movimentos sociais, movimento ecumênico e inter-religioso, grupos populares e outras organizações, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça na perspectiva dos direitos humanos e da integridade da casa comum”*.

A cidade de Salvador, na Bahia, é o local sede da CESE, mas suas ações de defesa e apoio à luta pelos direitos humanos alcançam todo o Brasil, em particular os Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Desde o processo de colonização, estas regiões são as mais marcadas por graves diferenças sociais e violações de direitos. Portanto, podemos afirmar que a Amazônia brasileira sempre foi território de atuação da CESE, recebendo atenção através do seu Programa de Pequenos Projetos. Esta atuação foi se intensificando ao longo dos anos, chegando até aos Tapiris e a outras iniciativas em curso que buscam apoiar as diversas lutas dos povos amazônidas.

CONHEÇA A CESE



Vídeo Institucional
da CESE



Vídeo celebrativo 50 anos
"Efeito Semente"



www.cese.org.br

ESPIE SÓ COMO ESTA HISTÓRIA COMEÇOU...

O ano era 2020. O Brasil vivia as consequências da crise política que levou ao poder um governo de extrema direita, resultando no ataque à democracia brasileira com forte impacto e agravamento de violações aos direitos humanos e territoriais, em particular na Região Norte, que abriga a maior parte dos estados da Amazônia Legal. Na região, em diversas ocasiões, a equipe da CESE apoiou projetos que buscavam reduzir os impactos negativos causados por atividades humanas predatórias, como o garimpo ilegal, desmatamento da floresta, incêndios criminosos, grilagem de terras, contaminação de rios e corpos d'água por agrotóxicos lançados por via aérea ou terrestre nas grandes plantações de monocultura.

Durante o isolamento social, causado pela pandemia da Covid-19, houve agravamento das violações de direitos humanos, que as comunidades da região historicamente já vinham sofrendo. Comunidades em situação de vulnerabilidade social, povos indígenas, comunidades quilombolas, praticantes de religiões de matriz africana, comunidades tradicionais, população LGBTQIAPN+, mulheres e jovens foram as mais impactadas: tiveram seus direitos constitucionais e legais, conquistados após muitas lutas, ameaçados e ignorados. Por outro lado, o negacionismo e o racismo religioso, marcado pelos avanços fundamentalistas, ganhavam força alarmante.

No cenário de ataques sistemáticos aos direitos fundamentais, foi observado que estava sendo fortalecida uma perigosa aliança entre os fundamentalismos (religiosos, econômicos e políticos). Esta convergência validava as ações destrutivas contra a diversidade social do Brasil e promovia a substituição da agenda da luta e efetivação dos direitos por uma “pauta moral”.

Tal movimento representou um ataque frontal ao Estado Democrático de Direito e acelerou retrocessos sociais, econômicos e políticos, inclusive realizando tentativas explícitas de golpe contra as instituições democráticas.

Nesse contexto, a CESE foi contemplada com o projeto 'Amazônia de Todas as Lutas', dando início a uma articulação que buscou fazer o enfrentamento aos fundamentalismos. Esse projeto inovador e desafiador visou criar um espaço seguro para o diálogo ecumênico e inter-religioso, além de contribuir para articular os grupos que sofrem violações de direitos em territórios, fortalecendo assim os caminhos para o enfrentamento a tantas violações.





FUNDAMENTALISMO: QUE BICHO É ESTE?

A pesquisadora Magali Cunha explica que fundamentalismo religioso é uma postura religiosa que se origina de uma reação aos valores modernos e se caracteriza pela defesa de uma verdade única e literal, que seus/as seguidores/as buscam impor a todas as esferas da sociedade.

Magali chama a atenção para o fato de que o fundamentalismo religioso no Brasil não atua de forma isolada, mas configura uma visão de mundo específica que se entrelaça com projetos políticos e econômicos, formando o que ela classifica como “fundamentalismos político-religiosos”. Essa perspectiva interpreta a realidade através de uma matriz religiosa que, por sua vez, inspira ações políticas concretas, resultando no enfraquecimento de processos democráticos e na negação de direitos humanos, especialmente os direitos sexuais, reprodutivos e os de comunidades tradicionais.

No campo político, essa visão de mundo se traduz em uma atuação que busca impor uma verdade única à sociedade. Cunha identifica que essa matriz religiosa se combina com ações políticas em um condicionamento mútuo, que tem como uma de suas características a unidade oportunista entre representantes evangélicos e católicos em torno de pautas morais comuns. Essa articulação se manifesta na pressão sobre o Congresso Nacional e o Judiciário para transformar preceitos religiosos em leis, utilizando uma retórica que cria pânico moral e elege inimigos, como movimentos sociais e ativistas de direitos humanos.

Economicamente, as pautas fundamentalistas servem ao sistema neoliberal. A defesa do projeto “pró-família” vai além da moralidade sexual e representa também um projeto econômico-político que prega a redução das políticas públicas e a minimização da ação do Estado, relegando à esfera familiar cuidados como educação, saúde e previdência. Além disso, a demonização e inferiorização de indígenas e quilombolas facilita a conquista de suas terras por setores como o agronegócio e mineradoras, alinhando os interesses fundamentalistas com os de grandes capitais. Dessa forma, a agenda moral funciona como um mecanismo que fortalece um modelo econômico excludente.

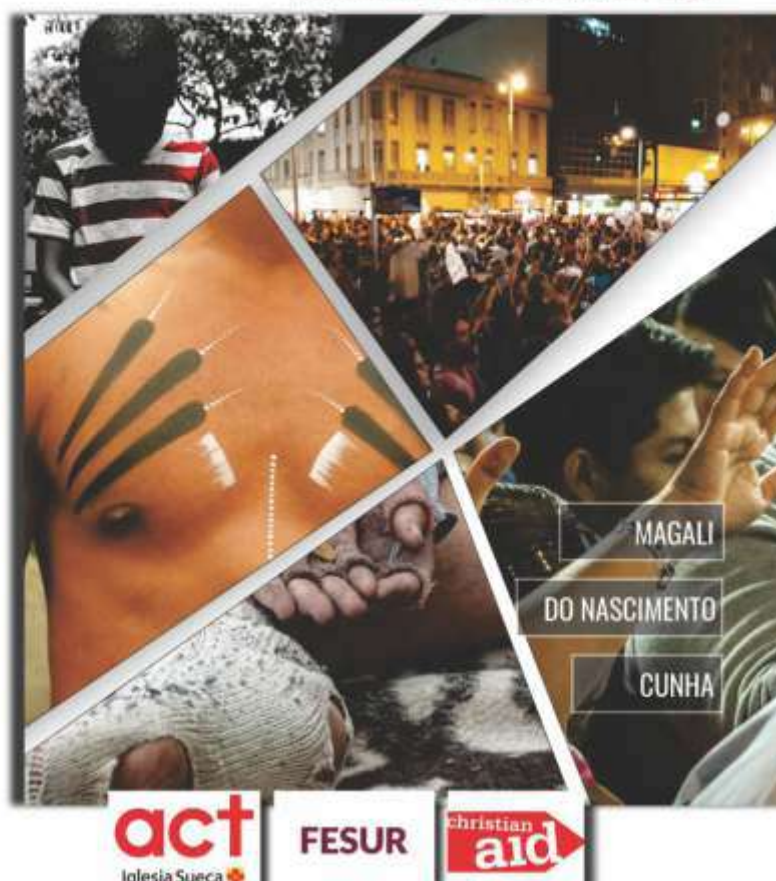
Por fim, a pesquisa de Cunha destaca que o avanço desses fundamentalismos representa uma grave ameaça à democracia e aos direitos humanos na América do Sul. Esse fenômeno é reativo a avanços sociais conquistados por governos progressistas e se alimenta de uma crise política mais ampla. A conclusão é que o combate a essa realidade complexa exige estratégias que considerem seriamente o papel que as religiões exercem na vida da população, propondo o fortalecimento das relações ecumênicas e inter-religiosas a fim de que contribuam para o fortalecimento da pauta de Direitos e na construção de narrativas alternativas como caminhos para enfrentar a hegemonização desta visão de mundo na sociedade.

Para ler a pesquisa completa de Magali Cunha “Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação”, acesse:



Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul:

tendências e desafios para a ação



AMAZÔNIA LEGAL:

TERRITÓRIO DE MUITAS LUTAS E DE GENTE RESISTENTE

Motivado por uma forte pressão nacional e com o objetivo de fortalecer a sua soberania diante de interesses internacionais, o Estado brasileiro instituiu a Amazônia Legal por meio da Lei 1.806, de 1953. Essa medida fez parte da implementação do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SU-DAM). O plano tinha como objetivos principais: ampliar o desenvolvimento das atividades de produção (extrativista, agrícola, pecuária, mineral e industrial) e melhorar o padrão de vida e bem-estar econômico da população da região. Originalmente, a Amazônia Legal abrangia apenas os Estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, o território Guaporé e Rio Branco e a parte do Estado do Mato Grosso que fica ao norte no paralelo 16°.

Com a promulgação da Constituição Federal, houve modificação da configuração que passou a incluir nove Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins) e boa parte do Maranhão.

A Amazônia Legal apresenta uma área de 5 milhões de km², correspondendo a cerca de 58,92% do território brasileiro, e é composta por 773 municípios.

A região tem grande diversidade étnica, com quase 870 mil indígenas, distribuí-

dos em mais de 80 etnias, representando mais de 50% da população indígena total do país. Das 809 terras indígenas demarcadas no Brasil, 430 estão localizadas na Amazônia Legal e cobrem uma extensão de mais de um milhão de quilômetros quadrados. Existem Reservas Extrativistas vegetais, que incluem a extração do babaçu, castanha do Brasil, açaí, palmito; extrativismo animal, pesca de peixes de água doce, principalmente para alimentação e manejo de animais para subsistência (IBGE 2023).

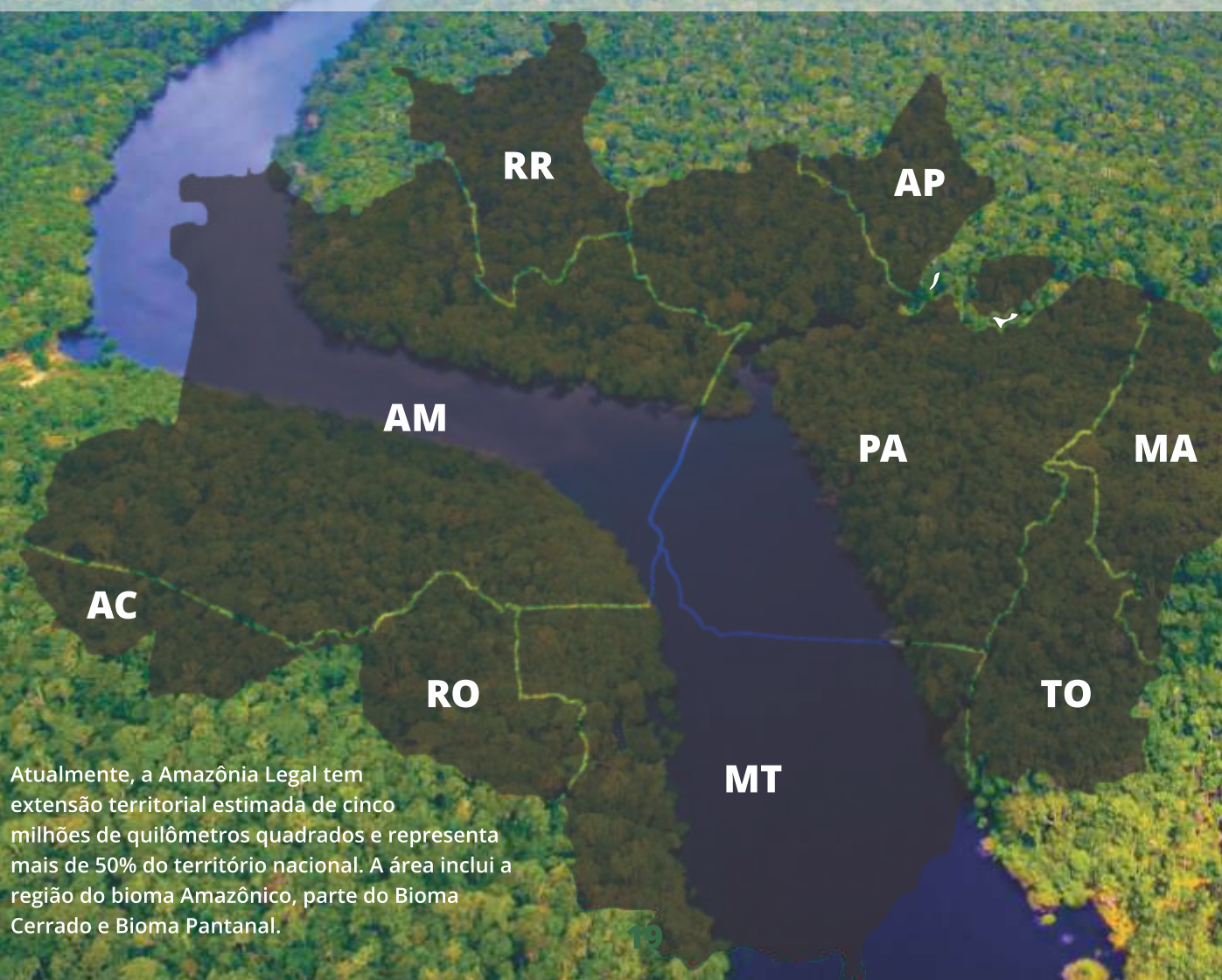
Na região, foram catalogados pelo INCRA (Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária) 148 quilombos titulados, totalizando mais de 11.700 famílias e outros mais de 580 processos em andamento de titulação. Segundo dados do IBGE (2023), a população quilombola da Amazônia Legal equivale a um terço do total existente no restante do Brasil.

Atualmente no Brasil, há 336 Unidades de Conservação federais, que estão sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), das quais 149 estão localizadas na Amazônia Legal. Estas, somadas a mais 202 unidades estaduais, compõem uma extensa rede formada por 126 unidades de proteção integral e 225 unidades de uso sustentável. Essas 351 federais e estaduais na Amazônia Legal localizam-se em um total de 343 municípios, diretamente benefi-

ciados pelo reconhecimento e destinação desses territórios para áreas de conservação, uso sustentável, repartição de benefícios, turismo de base comunitária e ecoturismo. São 150 municípios com incidência de Unidades de Conservação de Proteção Integral e 287 com UCs de Uso Sustentável na região amazônica. (Instituto Socioambiental, 2025)

Ao longo dos anos, como estratégia de conservação da biodiversidade na região e proteção do modo de vida das comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, o governo brasileiro criou reservas extrativistas, unidades de conservação, dentre outros.

Neste contexto geográfico e territorial desafiador, marcado por grandes conflitos, a CESE, através da execução do *"Projeto Amazônia de Todas as Lutas"*, com apoio da Fundação Ford, se dispôs a realizar o Tapiri Ecumênico e Inter-religioso como estratégia de atuação na luta contra o avanço dos fundamentalismos (religioso, econômico e político) e em defesa da democracia e do Estado laico.



Primeiro Tapiri realizado no
X FOSPA, de 28 a 31 de julho
de 2022 em Belém/PA



TAPIRI ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO: ESPAÇO DE DIÁLOGO, ESPERANÇA E RENOVAÇÃO

Tão importante quanto a organização e articulação das ações foi a busca por uma palavra forte que expressasse simbolicamente, a luta e compromisso de caminhada conjunta das comunidades religiosas que atuam nos Estados da Amazônia Legal e foi no contexto do X Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA), em Belém, no Pará (2022), que a palavra Tapiri foi pronunciada pela primeira vez.

A palavra **Tapiri** é uma expressão indígena e foi escolhida por estar relacionada às tendas que são frágeis e provisórias, mas abrigam pessoas desprendidas, que desejam viver na simplicidade daquilo que nossa mãe terra oferta, com profundo respeito.

Devido ao seu simbolismo e significado, entre as pessoas presentes surgiu a ideia de que seria ideal para nomear a articulação Ecumênica e Inter-religiosa que estava sendo tecida no âmbito do Projeto Amazônia de Todas as Lutas e naquele contexto de construção coletiva. Assim, a palavra Tapiri parecia atender ao desejo de todas as pessoas como expressão e testemunho de que o diálogo, mesmo numa palhoça, construção simples, poderia acolher e agregar. O Tapiri seria o caminho adequado para demonstrar que é imperativo respeitar a diversidade e celebrar as diferenças, se queremos cuidar e preservar a Casa Comum, contribuindo na construção de um futuro mais inclusivo, diverso e equitativo.

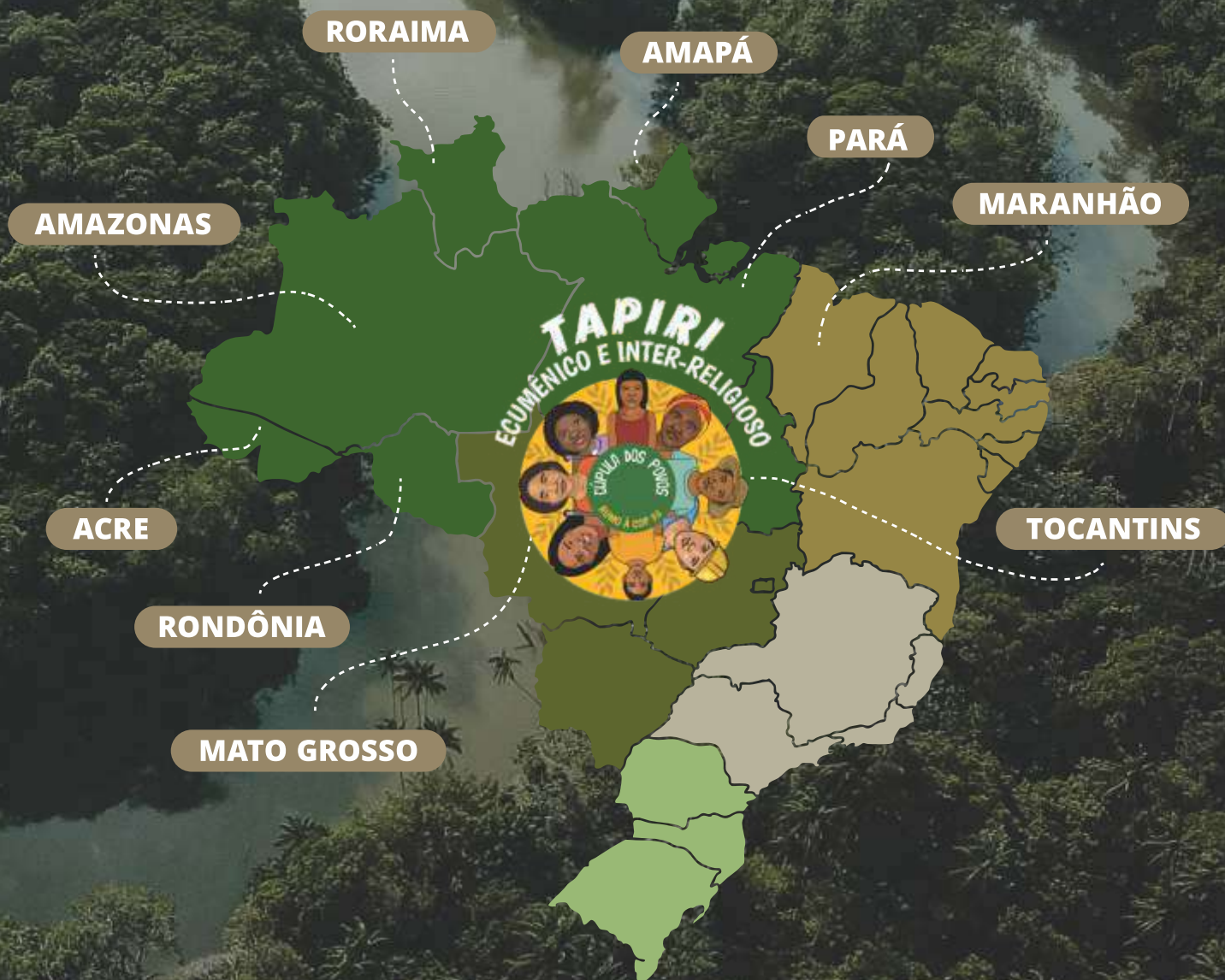
Desta forma, a articulação e os encontros estaduais de diálogo e luta contra os fundamentalismos religioso, político e econômico passaram a ser denominados de **Tapiri Ecumênico e Inter-religioso**.

Nas reuniões de preparação para realização do primeiro Tapiri, que antecederam o X FOSPA, houve constante diálogo e discussão sobre a ideia de que no Tapiri o lugar privilegiado da fala deveria ser das pessoas que sofrem os impactos diretos do avanço dos fundamentalismos em suas vidas e em seus territórios.

“Não existe divisão entre seres humanos, os seres vivos, a terra. Nós não somos superiores à mãe Terra. Somos irmãos e irmãs. Somos filhas e filhos da Mãe Terra. Estamos unidas e unidos pelo cordão umbilical que nos liga à mãe Terra e uns aos outros.”

NINAWA INU, FEDERAÇÃO DO POVO HUNI KUI, DO ESTADO DO ACRE

OS TAPIRIS DA AMAZÔNIA LEGAL POR ONDE CAMINHAMOS



VIOLÊNCIA RACISMO

GENOCÍDIO PRECONCEITO

AMEAÇAS DIREITOS

VIOLÊNCIA RACISMO

GENOCÍDIO PRECONCEITO

AMEAÇAS DIREITOS

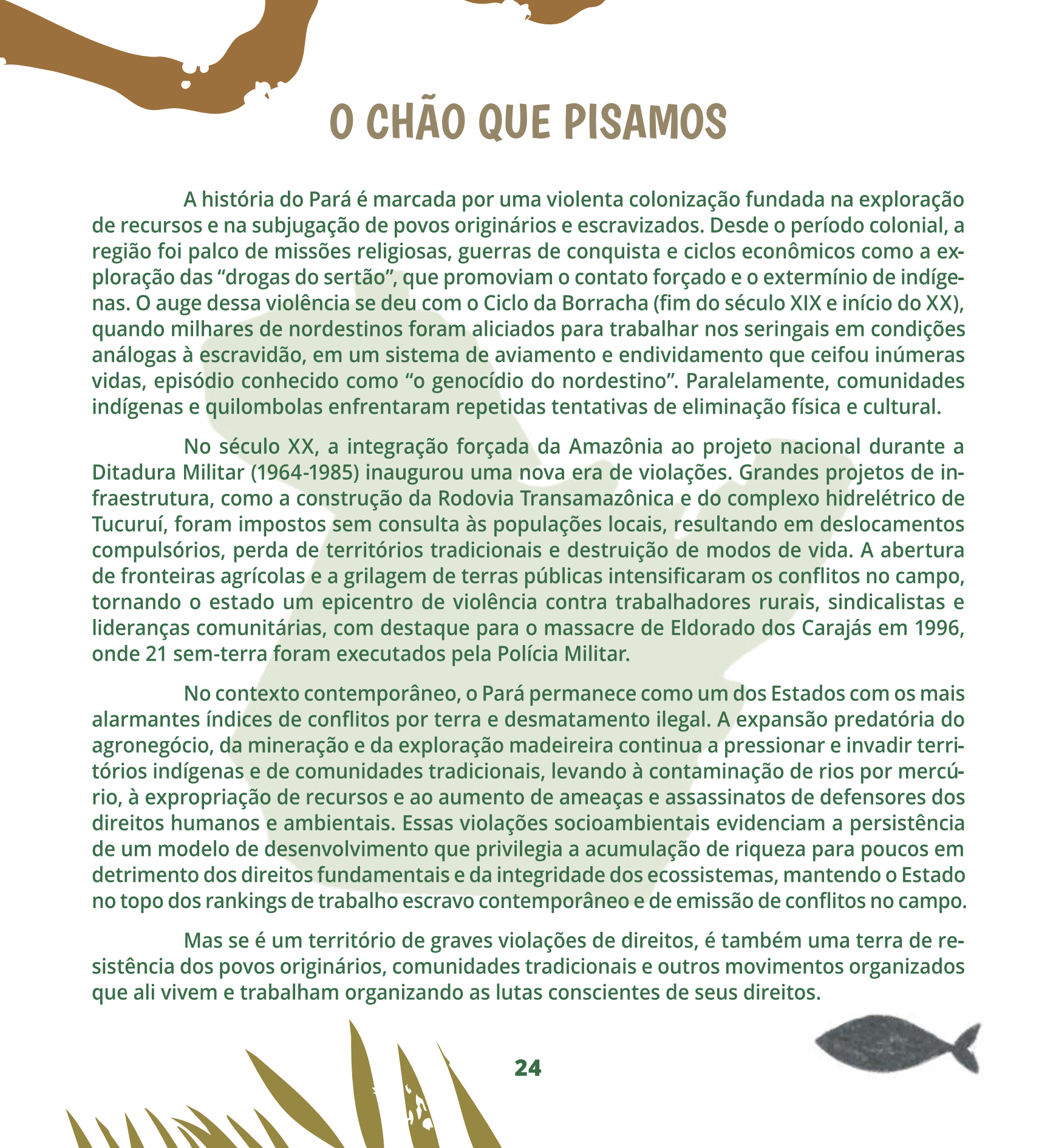
VIOLÊNCIA RACISMO

GENOCÍDIO PRECONCEITO

AMEAÇAS DIREITOS

TAPIRI
PARÁ





O CHÃO QUE PISAMOS

A história do Pará é marcada por uma violenta colonização fundada na exploração de recursos e na subjugação de povos originários e escravizados. Desde o período colonial, a região foi palco de missões religiosas, guerras de conquista e ciclos econômicos como a exploração das “drogas do sertão”, que promoviam o contato forçado e o extermínio de indígenas. O auge dessa violência se deu com o Ciclo da Borracha (fim do século XIX e início do XX), quando milhares de nordestinos foram aliciados para trabalhar nos seringais em condições análogas à escravidão, em um sistema de aviação e endividamento que ceifou inúmeras vidas, episódio conhecido como “o genocídio do nordestino”. Paralelamente, comunidades indígenas e quilombolas enfrentaram repetidas tentativas de eliminação física e cultural.

No século XX, a integração forçada da Amazônia ao projeto nacional durante a Ditadura Militar (1964-1985) inaugurou uma nova era de violações. Grandes projetos de infraestrutura, como a construção da Rodovia Transamazônica e do complexo hidrelétrico de Tucuruí, foram impostos sem consulta às populações locais, resultando em deslocamentos compulsórios, perda de territórios tradicionais e destruição de modos de vida. A abertura de fronteiras agrícolas e a grilagem de terras públicas intensificaram os conflitos no campo, tornando o estado um epicentro de violência contra trabalhadores rurais, sindicalistas e lideranças comunitárias, com destaque para o massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, onde 21 sem-terra foram executados pela Polícia Militar.

No contexto contemporâneo, o Pará permanece como um dos Estados com os mais alarmantes índices de conflitos por terra e desmatamento ilegal. A expansão predatória do agronegócio, da mineração e da exploração madeireira continua a pressionar e invadir territórios indígenas e de comunidades tradicionais, levando à contaminação de rios por mercúrio, à expropriação de recursos e ao aumento de ameaças e assassinatos de defensores dos direitos humanos e ambientais. Essas violações socioambientais evidenciam a persistência de um modelo de desenvolvimento que privilegia a acumulação de riqueza para poucos em detrimento dos direitos fundamentais e da integridade dos ecossistemas, mantendo o Estado no topo dos rankings de trabalho escravo contemporâneo e de emissão de conflitos no campo.

Mas se é um território de graves violações de direitos, é também uma terra de resistência dos povos originários, comunidades tradicionais e outros movimentos organizados que ali vivem e trabalham organizando as lutas conscientes de seus direitos.

O PRIMEIRO TAPIRI

O primeiro Tapiri durante o X Fórum Social Pan-Amazônico (X FOSPA), deu início a esta desafiadora viagem amazônica. O mundo global emergia do enfrentamento à pandemia causada pelo Covid-19 que, durante mais de doze meses, levou a população mundial ao isolamento. A crise de saúde pública resultou como consequência no aumento da pobreza no Sul Global, em particular no continente latino-americano. Os povos da Amazônia continuaram com seus enfrentamentos históricos contra o extrativismo predatório, narcotráfico, pesca ilegal, avanço da mineração sobre terras indígenas e quilombolas, dentre outros. Nesse ano, as comunidades da região Pan-Amazônica acrescentaram à sua longa lista de ativistas assassinados os nomes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips.



No Tapiri do FOSPA, as vozes amazônidas nos calaram e nos fizeram escutar suas denúncias através de palavras que retratam, naquele momento, as principais violações de direitos registradas na memória e coração das pessoas presentes. As palavras mais citadas foram **violência, racismo, genocídio, preconceito (discriminação), ameaças e direitos**

Durante aqueles dias, a palavra ameaça apareceu, reiteradamente, no contexto das ameaças de morte e perseguição, relatadas por líderes religiosos de terreiro e povos indígenas.

A palavra direitos foi utilizada para contextualizar a luta contra as violações, a exemplo da luta das comunidades e dos povos para efetivação e promoção da garantia dos direitos constitucionais e legais dos povos da Amazônia Legal no Brasil.

Nesta primeira edição estiveram presentes as organizações e representantes que compunham a articulação do Tapiri e, também, representantes de movimentos sociais, mulheres, juventudes, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, entre outros. Durante a realização do primeiro evento, ficou evidente a importância das escutas dos depoimentos, pronunciados na forma de denúncias. Cada um deixava informações, e forte consciência de como os avanços dos fundamentalismos religiosos, políticos e econômicos culminavam em graves violações dos direitos humanos e socioambientais.

O diálogo diário no Tapiri incluiu mesas-redondas com temas definidos previamente, entre grupos diversos de representantes locais, sociedade civil e poder público. Nas rodas de conversa, as pessoas interagem, ouvindo os depoimentos e tinham espaço para perguntar ou complementar as falas proferidas, sempre de forma horizontal, dialógica. Foram momentos muito ricos de trocas, com falas diversas que carregavam em cada palavra a fé, a memória e a resistência dos presentes e das suas comunidades.





“Os Deuses que adoramos interagem conosco cotidianamente. Até quem é ateu, tem um Deus não revelado, que é eles mesmo.”

**MAM'ETU NANGETU, INSITUTO NANGETU E
COMITÊ INTER-RELIGIOSO DO ESTADO DO PARÁ**



Para Raquel Yarikazu Xipaya, representante do Povo Xipaya, ativista indígena e estudante de direito da UFPA, *“Nossa igreja é nossa floresta”*, ao falar alertando as pessoas presentes sobre o perigo do discurso hegemônico do perfil estereotipado das pessoas indígenas para que elas continuassem a ser vistas e consideradas indígenas.

Entre uma roda de conversa e outra, as pessoas participantes puderam conhecer e se deleitar com belíssimas intervenções culturais, a exemplo da apresentação do Grupo de Carimbó Iaçá; o LuterArt, um grupo de Dança Luterano; as Suraras do Tapajós, Odé Lomi, e o grupo Rebeldia Cabana - juventude MST.

O ato em homenagem aos Mártires da Floresta Amazônica, preparado em memória à vida e à luta de mulheres e homens que dedicaram suas vidas à defesa das florestas e dos povos que nelas e com elas vivem, teve espaço no Auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes da Universidade Federal do Pará (UFPA) e contou com a participação de cerca de 800 pessoas.



O Ato homenageou Chico Mendes, Irmã Dorothy, Zé Claudio e Maria do Espírito Santo, Dom Pedro Casaldáliga, Bruno Pereira, Dom Phillips e Wilson Pinheiro; Cacique Emyra Wajãpi; Missionária Agostiniana Recoleta, Irmã Cleusa; Paulino Guajajara; Vicente Cañas Costa; Dilma Ferreira Silva; Nilce de Souza

Magalhães – Nicinha; Povo Yanomami; Josimo Morais Tavares, Padre Josimo; Nicolasa Nosa de Cuvene; Alcides Jiménez Chicangana, Padre Alcides; Alejandro Labaka e Inés Arango; Irmã Maria Agustina de Jesús Rivas López, Aguchita, além dos povos indígenas, os grandes mártires da Floresta.



Vídeo de depoimentos dos
Tapiris de 2022 a 2024



Cobertura do FOSPA
2022



Publicação dos Mártires
da Floresta Amazônica



QUEM FOI PARA O TAPIRI PARÁ CONTOU...

“

“Meu povo está ameaçado por pessoas que querem impor outra religião e exterminar a cultura de nosso povo... Eu estou vendo minha cultura Guarani Kaiowá ameaçada por conta de violências sofridas pela religião dos brancos que incentivam o próprio povo indígena a queimar as suas casas de reza, casa de Tupã, trazida pelos ancestrais e que agora está sendo dominada pela religião dos brancos... O que está acontecendo, não só com o Kaiowá, mas também em outras culturas. Estou aqui para compartilhar a dor que eu trago no peito.”

NHANDECI DO POVO GUARANI KAIOWÁ

”

“

“Os povos indígenas são acusados de serem ateus por não serem cristãos, pois cultuam ao Deus Tupã... Os povos indígenas são fundamentais para a preservação da floresta, e que é por essa conexão com a natureza que o indígena vive a sua fé e se conecta com o Deus Tupã... “É importante o apoio de indígenas e não indígenas na defesa dos povos indígenas e seus territórios, pois a vida de todas as pessoas depende da floresta e, assim, a luta do indígena é por todos.”



”

“



“A partir da década de 80, explodindo na década de 90, foi quando iniciou esse inferno na vida da gente. E continua, o racismo tornou-se muito brutal, introduzido pelas “seitas” fundamentalistas, e com permissão do Estado, que é omissa e conivente, embora tenha o poder de coibir. A situação é tão grave que, no Pará, 16 líderes religiosos de matriz afro (pais de santo) foram assassinados.”

”



“O fundamentalismo é uma força econômica e política, que age de forma violenta contra corpos e vidas, se traduzindo nos gestos concretos dos fundamentalistas quando negam a diversidade e a pluralidade. Os fundamentalistas formam uma articulação criminosa e ameaçam a democracia. Com seus dogmas, seus agentes defendem a criminalização das mulheres e representam um projeto de morte para a vida de meninas e mulheres. Estão a serviço de um poder fortemente traçado por uma estratégia que é a teologia da prosperidade e propagam um discurso de ódio.”

CONCITA MAIA, INSTITUTO DE MULHERES DA AMAZÔNIA – IMA

”

“

“Ser mulher negra na Amazônia e no Amapá não é fácil, mas o povo não tombará. Os donos do nosso território somos nós... A luta dos povos quilombolas é essencialmente uma luta de mulheres, quando uma mulher vai para luta, ela precisa de outra mulher para cuidar da sua casa dos seus filhos... Cada uma de nós precisa reproduzir falas positivas dos povos tradicionais, que nem todo evangélico, nem todo católico é inimigo dos povos de terreiro. Que uma grande frente inter-religiosa pode ser feita e, aí sim, termos paz e podermos cultivar o que temos de mais sagrado.”

JOSILANA DA COSTA DOS SANTOS,

ASSOCIAÇÃO DE JOVENS MORADORES E PRODUTORES RURAIS DO QUILOMBO DE SANTA LUZIA DO MARUANUM E MEMBRA DA REDE QUILOMBOLAS DO AMAPÁ



”

QUEM FOI PARA O TAPIRI PARÁ LEVOU...



“Para nós povos tradicionais, esse momento do Tapiri no FOSPA foi um momento de união, de paz que estamos precisando nesse momento tão difícil, estou me sentindo contemplada, um lugar onde encontramos outras tradições e pudemos nos abraçar e ver quanto é importante o respeito, a cultura da paz.”

MAM'ETU NANGETU, INSITUTO NANGETU E COMITÊ INTER-RELIGIOSO DO ESTADO DO PARÁ

“

“As igrejas precisam fazer uma mudança grande. É um trabalho de descolonizar a fé com humildade e respeito!”

**PADRE DÁRIO BOSSI,
ASSESSOR DA REPAM BRASIL E REDE
IGREJAS E MINERAÇÃO**



”

“



“A ressignificação da minha vida religiosa foi em função da convivência com o povo Guarani Kaiowá. Eu me tornei mais cristã por causa do povo Guarani Kaiowá. A conversão da Igreja Católica se dará com a defesa dos povos tradicionais. O sistema perverso do capitalismo precisa ser cessado!”

IRMÃ ZÉLIA, CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI

”

“

“Se não há inclusão das religiões dos povos tradicionais, não há liberdade religiosa e não há ecumenismo! É necessário entender que ecumenismo é casa comum, é diálogo, por isso não podemos colocar o ecumenismo só para as religiões cristãs. É preciso desconstruir o conceito da hegemonia do cristianismo para construção deste ecumenismo, quanto mais liberdade religiosa, mais se enriquece como país!”

ROMI BENCKE, CONIC / FÓRUM ECUMÊNICO ACT BRASIL - FEACT

”

“

“Enquanto houver Nhandecis que não possam exercer o seu papel de lideranças religiosas dentro de seus territórios, enquanto lalorixás tiverem de esconder suas contas e suas roupas, isto quer dizer que nós estamos fracassando enquanto lideranças religiosas cristãs e a intolerância está vencendo.”

SÔNIA MOTA, CESE / FÓRUM ECUMÊNICO ACT BRASIL - FEACT

”

“

“FORA AO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO!!! E que todos possam respeitar a cultura, a tradição e os direitos dos povos indígenas e afrodescendentes.”

CAMILA DE OLIVEIRA, INDÍGENA PURUBORÁ (RONDÔNIA), ASSESSORA DE PROJETOS DO CONSELHO DE MISSÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS - FLD

”



TAPIRI AMAZONAS





O CHÃO QUE PISAMOS

O Estado do Amazonas, localizado na Região Norte do Brasil, possui uma história rica e multifacetada, profundamente entrelaçada com a presença ancestral de povos indígenas que já habitavam a região muito antes da chegada dos europeus. Esses povos desenvolveram sociedades complexas, com sistemas de organização próprios e uma relação íntima com a floresta e os rios que os cercavam. A partir de 1541, com a expedição do espanhol Francisco de Orellana, iniciou-se o processo de exploração europeia da região. O nome “Amazonas” surgiu justamente dessa expedição, após o encontro com as guerreiras Icamiabas, que lembravam às tropas espanholas as Amazonas da mitologia grega.

Apesar de o Tratado de Tordesilhas atribuir a região à Espanha, foi Portugal quem consolidou sua presença, especialmente após o Tratado de Madri, em 1750. Em 1755, foi criada a Capitania de São José do Rio Negro, e, com a independência do Brasil, a região passou a ser oficialmente reconhecida como Província do Amazonas em 1850, por decreto de Dom Pedro II. A virada do século XIX para o XX foi marcada pelo ciclo da borracha, que transformou Manaus em uma das cidades mais modernas do país, com infraestrutura avançada e forte influência europeia. No entanto, essa prosperidade foi desigual e efêmera.

A invenção do pneu de borracha vulcanizada teve impacto direto na região, resultando na chamada febre da borracha, que foi a corrida pela extração de látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*), planta nativa e endêmica da Região Amazônica. No final do século XIX, o Amazonas passou a ser o único fornecedor do látex que o mundo precisou em grandes quantidades devido à popularização dos automóveis e das bicicletas como meios de locomoção.

A febre da borracha gerou riqueza para a região, com alta concentração de renda nas mãos de poucas pessoas, com fortes impactos sociais negativos. A exploração da borracha foi realizada em regime de escravidão de seringueiros, migrantes nordestinos, e povos indígenas, que foram violentados e forçados a trabalhar em seringais. Os nordestinos que fugiam das regiões de seca passavam por situação de escravização, devido à servidão por dívida que contraíam com os patrões.

Assim como nas demais regiões brasileiras, a colonização e ocupação do território do Amazonas foi marcada, e ainda é, por fortes desigualdades e exclusão social.



O regime militar criou o projeto “integrar para não entregar”, que visava abrir a estrada Transamazônica, uma BR que ligaria o Leste ao Oeste do país. Também teve como objetivo incentivar a ocupação de terras do Amazonas através da migração em massa de famílias de sem-terra, em particular do Nordeste, para colonizar a região numa tentativa de fortalecer a soberania nacional. O slogan do governo para atrair as famílias foi uma *“terra sem homens para homens sem terra”* (p. ex., Rodrigues e Santos, 2020).

Neste período, as violações dos direitos humanos consistiam principalmente em conflitos entre as pessoas migrantes e as comunidades indígenas locais devido ao processo violento das invasões das terras indígenas, que não eram consideradas brasileiras nem donas da terra. Além das falsificações de documentos (grilagem) para apropriação de terras.

A redemocratização do Brasil, consolidada pela Constituição de 1988, representou um marco fundamental para os povos indígenas, que foram finalmente reconhecidos como cidadãos detentores de direitos. Como uma das consequências diretas desse novo ordenamento, o Governo brasileiro instituiu o processo de criação de reservas indígenas. Posteriormente, a reforma do Código Civil em 2002 reforçou essa perspectiva ao atribuir aos indígenas capacidade civil plena. No entanto, apesar desses avanços legais históricos, a efetivação dos direitos conquistados tem

sido um desafio constante. Por isso, os povos originários seguem em uma luta cotidiana não apenas para salvaguardar suas vidas e culturas, mas também para transformar as garantias formais da lei em realidade prática.

Atualmente os apelos internacionais para proteção e conservação da biodiversidade na Amazônia mobilizaram o governo brasileiro para aprovar políticas públicas e instrumentos legais para proteção e conservação da biodiversidade na região, incluindo a biodiversidade humana e combate à biopirataria.

O mundo reconhece que o Amazonas abriga a maior parte da Floresta Amazônica. Sendo assim, é um dos maiores centros de biodiversidade do planeta, com elevada quantidade de espécies endêmicas (que só ocorrem lá). A luta das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, pela conservação da floresta, visa a proteger os serviços ecossistêmicos que são de fundamental importância para a segurança hídrica e alimentar do Brasil.



TAPIRI AMAZONAS - OS SABERES AMAZÔNICOS

Durante três dias, foram realizadas mesas de discussão sobre o cenário político pós-eleições, os impactos dos fundamentalismos religiosos e políticos na vida das populações amazônicas, e a importância de fortalecer tanto os trabalhos em rede quanto as ações de base junto às comunidades agroecológicas.

O alinhamento entre igrejas e figuras ultraconservadoras — especialmente de vertente evangélica neopentecostal — com o governo federal de extrema direita contribuiu para que os fundamentalismos religiosos ganhassem novos contornos políticos, tornando-se um elemento marcante e preocupante. Houve uma denúncia de que o Estado do Amazonas promove fortes violações de direitos humanos quanto a laicidade do Estado, questão de gênero e exercício dos direitos políticos.

As palavras que emergiram durante a realização do Tapiri no Amazonas (machismo, assédio político e assédio religioso) conduzem a uma visão de fundamentalismos estruturais que, juntos, atuam para oprimir as comunidades, as mulheres e as pessoas indígenas de formas distintas.



QUEM FOI PARA O TAPIRI AMAZÔNIA CONTOU...

“Na fronteira, temos talvez o maior produtor de cocaína do mundo e o pior pesadelo é que isso já está atraindo nossas juventudes. Quando há uma invasão, não é simplesmente um pescador querendo sobreviver. Eles pegam o tracajá, pirarucu, carne e exportam. Tudo isso é contrabandeado e estimula a invasão. Eu sei que é difícil, mas precisamos de muitos aliados para levarmos uma perspectiva de vida melhor para o nosso povo.”

LIDERANÇA INDÍGENA DO POVO MARUBO DO ALTO RIO CURUÇÁ

“Isso fez com que a Amazônia entrasse num novo ciclo de violência. Esse aumento de CACs, munições, clubes de tiro legais e ilegais: é a formação de um exército que está a serviço do agronegócio, da mineração, do capital que quer usurpar a Amazônia... Temos que discutir como a gente quer que sejam gestados os territórios pelos seus povos.”

LIDERANÇA DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DA AGROECOLOGIA/ANA

“Falar sobre rede é uma fala de união e comunicação. Quem tem medo de morrer, não luta por ninguém. E essa mulher aqui não se curva. Se eu estou aqui, é porque outros me fizeram alguém para representar ao lado delas. Nós temos que corresponder à confiança que esse povo colocou na gente.”

**MARIA HELENA DOS SANTOS CASTRO,
COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO
DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS
QUILOMBOLAS/CONAQ**



QUEM FOI PARA O TAPIRI AMAZÔNIA LEVOU...

“

“Legitimam a violência e anulam a nossa capacidade crítica. Nos impede de olhar e questionar: ‘que Deus é esse que diz isso?’, ‘Você fala em nome de quem?’. Quando se trata do sagrado, mexe com o que é mais íntimo da gente... Quando você diz ‘Deus acima de tudo’ não está se referindo a qualquer Deus. É o que eu me apropriei, o fundamentalista. Não o da resistência, que vai todos os dias para o enfrentamento cotidiano. É um Deus colonizador, macho, branco, violador. Para as pessoas comuns, fazer essa distinção não é fácil. Porque a gente está lidando com aquilo que é sagrado.”

BIANCA DAÉBS, ASSESSORA PARA ECUMENISMO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO DA CESE”

“

“Primeiro é reconstruir as estruturas para que elas voltem a cumprir seu papel. Milhares de medidas foram extintas – de conselhos, políticas e programas. Já era difícil as políticas de Brasília chegarem ao território, imagine quando os mecanismos foram todos desmontados.”

ADRIANA RAMOS, ASSESSORA POLÍTICA DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL/ISA”

“

“Como o Amazonas tem a maior quantidade de etnias indígenas, mas não tem um material escolar de combate à intolerância religiosa?”

**IURI LIMA, DA REDE
AMAZONIZAR**”

”



“

“Nós somos resistência há 522 anos. Estamos projetando o futuro. É com esse olhar de projeção, companheirismo e articulação que a gente vem fazer essas reflexões.”

**ALCEBIAS SAPARÁ, VICE-COORDENADOR DA
COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA
AMAZÔNIA BRASILEIRA/COIAB**

”



TAPIRÍ RONDÔNIA





O CHÃO QUE PISAMOS

Localizado na Região Norte do Brasil, Rondônia faz fronteira com a Bolívia e os Estados do Amazonas, Mato Grosso e Acre. Sua posição estratégica na Amazônia Ocidental foi crucial para seu povoamento, inicialmente impulsionado pela extração de látex e, posteriormente, pela descoberta de ouro. O Estado possui uma das trajetórias demográficas mais explosivas do país: de uma população de cerca de 70 mil habitantes em 1960, saltou para mais de 1,7 milhão atualmente, um crescimento alimentado por intensos fluxos migratórios de outras regiões, especialmente do Sul e Sudeste, atraídos por políticas de colonização e pela promessa de terras férteis (IBGE, 2022).

A ocupação efetiva do território foi marcada por graves violações socioambientais e de direitos humanos. A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (início do século XX) e, principalmente, a abertura da BR-364 - décadas de 1960 a 1980, ligando Cuiabá a Porto Velho e Porto Velho a Rio Branco - foram os grandes vetores de um modelo de desenvolvimento predatório. Esse processo, incentivado pelo governo federal por meio de projetos de colonização, resultou no desmatamento massivo da floresta e na expulsão de povos indígenas e comunidades tradicionais de suas terras. Os conflitos por terra entre posseiros, grileiros e povos originários se tornaram frequentes e violentos (Comissão Pastoral da Terra, 2021).

As violações se perpetuam até os dias atuais. O avanço da agropecuária, da grilagem de terras e de atividades ilegais como o garimpo continua pressionando territórios indígenas e unidades de conservação, levando a novos surtos de desmatamento e poluição de rios. Trabalhadores rurais são frequentemente submetidos a condições análogas à escravidão em fazendas da região, e a violência no campo permanece como um grave problema. Dessa forma, a história recente de Rondônia é um reflexo dos conflitos e dos custos humanos e ambientais do modelo de integração da Amazônia ao restante do país, mas também de lutas e resistências das populações vulnerabilizadas que se organizam.

De acordo com o Atlas da Violência (2025), Rondônia é o oitavo Estado em número de homicídios de mulheres, indicando elevado percentual de violência de gênero. Em 2023, a taxa de homicídios apresentou a maior média em comparação com os demais Estados da Amazônia Legal e do Brasil. Houve um aumento de 14,3% no número de homicídios no período de 10 anos (IPEA, 2025).

Segundo Silva e colaboradores (2024), os altos índices de violência no Estado estão relacionados a três fatores principais: conflitos agrários e disputas por terras. Expansão da rede de crime organizado, ineficiência e falta de investimento público na política de segurança.

Ou seja, a violência em Rondônia está relacionada a disputas por terras, a exemplo da apropriação ilegal de terras públicas (por meio de falsificação de documentos, grilagem) que resultam em conflitos violentos no campo. A expansão da agropecuária associada à falta de regularização fundiária no Estado promove o clima propício às violações de direitos de comunidades indígenas e quilombolas, em particular.

Outro aspecto importante é a dinâmica nacional de expansão da rede de tráfico de drogas. O Estado de Rondônia ocupa posição geográfica estratégica de fronteira entre a Bolívia e o Brasil, como uma possível rota para o comércio ilegal, além das dificuldades na política de segurança. No que diz respeito às elevadas taxas de violência de gênero, um dos fatores é a falta de pessoal qualificado, estrutura e equipamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher no Estado. E isso além das particularidades regionais associadas à falta de políticas públicas efetivas que diminuam a dificuldade de acesso a comunidades rurais e comunidades indígenas.

Segundo dados do censo de 2022, o

Estado possui 29 povos indígenas e 8 comunidades remanescentes de quilombo.

A principal política pública de conservação dos recursos naturais na região é a criação de Unidades de Conservação (UCs). Em Rondônia existem 25 reservas extrativistas (destas, 21 são reservas estaduais e 4 federais), além de 3 parques nacionais, 1 reserva biológica, 3 florestas nacionais e 2 estações ecológicas estaduais. Conta, ainda, com reservas particulares do Patrimônio Natural e parques municipais. Apesar das tentativas públicas de proteção legal das áreas naturais e preservação das comunidades indígenas e quilombolas locais, as invasões de terras através da ocupação irregular e grilagem é um desafio e tem como consequências graves violações dos direitos humanos de mulheres e comunidades tradicionais, além de crimes de racismo e racismo religioso.

Durante o período de 2020 a 2022, durante a crise humanitária devido à Covid-19, houve aumento de 20% dos casos e da gravidade de violência doméstica e familiar; e aumento significativo das violações em conflitos socioambientais e agrários, com maior impacto às pessoas em situação de vulnerabilidade social (Brasil, 2022).



TAPIRI RONDÔNIA



Em Rondônia, durante o Tapiri Ecumênico e Inter-religioso, as palavras mais citadas entre as pessoas participantes foram racismo, preconceito, intolerância, violência, desrespeito, criminalização, assédio e homofobia. As taxas de violências praticadas contra pessoas LGBTQIAPN+ são bastante elevadas no Estado, mas subnotificadas (Grupo Gay da Bahia, 2024). Estudo realizado em 2022 indicou que Rondônia tem a maior taxa de denúncias por 100 mil habitantes e a segunda maior taxa de homicídios noticiados na imprensa por 100 mil habitantes. Os dados indiretos indicam que o crime de homofobia é mais comum quando comparado com os dados registrados nos boletins oficiais.

Este Tapiri representou uma iniciativa de fortalecimento do diálogo ecumênico e inter-religioso de igrejas progressistas e da sociedade civil organizada



para fazer o enfrentamento ao racismo estrutural, religioso e a todas as formas de fundamentalismos. As pessoas que estiveram neste Tapiri tiveram a oportunidade de participar do Seminário em comemoração ao *Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé*, que reuniu líderes religiosos e ativistas para discutir a importância das religiões de matriz africana, os desafios enfrentados por suas comunidades e a luta contra o racismo religioso. O seminário foi um espaço de diálogo com o Poder Público sobre a violência da intolerância religiosa e o preconceito que as comunidades religiosas de matriz africana enfrentam em Rondônia.

Durante o seminário, foi manifestada a importância da luta e da ocupação de espaços políticos pelas comunidades religiosas de matriz africana, visando a garantir a visibilidade e o respeito às comunidades de terreiro, bem como forma de incidência para influenciar a criação de políticas públicas que garantam a laicidade do Estado brasileiro e o direito à liberdade religiosa do Povo de Santo.



QUEM FOI PARA O TAPIRI RONDÔNIA CONTOU...

“O fundamentalismo religioso contribui para o aumento da violência doméstica no momento que diz para a mulher que ela deve ser submissa a seu marido, que na maioria das vezes é o autor da violência. É o fundamentalismo e o patriarcado que incentiva a mulher a orar e não denunciar. Temos vários casos desses que são relatados pelas mulheres que são acolhidas na Casa Noeli dos Santos em Ariquemes.”

**REVERENDA ELINEIDE
FERREIRA OLIVEIRA/IEAB**

“A nossa fé, as nossas práticas e as nossas religiosidades envolvem muito além do que um espaço que é esse e de onde a gente vem, de onde a gente acredita e para onde a gente quer voltar.”

**CAMILA DE OLIVEIRA, INDÍGENA PURUBORÁ (RONDÔNIA),
ASSESSORA DE PROJETOS DO CONSELHO DE MISSÃO ENTRE
POVOS INDÍGENAS/FLD**

“Hoje os jovens já não procuram os mais velhos para aprender os cânticos tradicionais, isso é muito triste. Esses dias, conversando com minha mãe, ela falou assim: filha, você tem que procurar os mais velhos e não é pra depois é pra agora, a minha mãe sabe os cânticos tradicionais eu acho isso tão lindo e tem os nossos vivos também, eu não quero que isso se apague, e eu tenho muita admiração pela cultura, minha raiz, os mitos, os cânticos tradicionais e que se a gente aprender, no meio das guerras no meio do diálogo é bom pra nós, isso é uma identidade nossa, minha mãe fala.”

**JULIANA KARITIANA, DO MOVIMENTO DA JUVENTUDE
INDÍGENA DE RONDÔNIA**



“...lá dentro da floresta está nossa farmácia, que está nosso mercado, que está nosso açougue, então por que deixar destruir a floresta? Então o que eu peço é que nos ajude a conservar a nossa floresta em pé, nos ajude a conservar nossa água, nos ajude a conservar a terra, porque nós estamos passando, mas estão chegando nossos netos. O que é que vai ficar pra eles se continuar desse jeito?”

VERA OLIVEIRA DA CRUZ, RESEX RIO OURO PRETO

“Não existe uma casa religiosa de matriz africana sem a presença da mulher. Carregamos o dom do encantamento do Axé... Somos também a personificação da liberdade, mas nós queremos políticas públicas, dever do Estado em garantir que nós possamos professar a nossa fé resguardados, com justiça...”

MÃE MARINILDE HELENA DA SILVA SANTOS



QUEM FOI PARA O TAPIRI RONDÔNIA LEVOU...

“

“A fé em Deus não resolve se eu não pratico realmente minha fé, porque a minha fé é quando eu pratico a caridade, quando eu faço bem a você, não é quando eu discrimino, quando eu excluo, quando não respeito o outro como ele com sua orientação sexual, sua religião, com sua cor. Então não adianta dizer eu amo a Deus e não praticar o amor e a caridade com o próximo. Então a mensagem que quero deixar pra vocês e que a gente só acaba com esses preconceitos, essa discriminação com esses racismos agindo com sentimento de amor, com a mente aberta, para que a gente consiga abraçar a todos.”

**MÃE NILDA DE OXUM, FEDERAÇÃO DE CULTOS A UMBANDA
E AMERÍNDIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - FECUARON**

”

“

“A luta contra o aquecimento global é indissociável da luta contra a pobreza e por um mundo menos desigual e mais justo, a crise climática não pode ser pretexto para violar o direito sagrado à segurança alimentar e nutricional, da água, esses direitos fundamentais.”

**NEIDINHA SURUÍ - KANINDÉ,
ASSOCIAÇÃO DE DEFESA
ETNOAMBIENTAL**

”



TAPIRI GRAMA RANHÃO



O CHÃO QUE PISAMOS

As terras do território do Maranhão fazem parte do maior latifúndio privado que existiu no Brasil, conhecido como latifúndio da Casa da Torre de Garcia d'Ávila, que abrangeu mais de 10% do território nacional e incluiu terras que se estenderam do Estado da Bahia até o Maranhão.

O processo de colonização do território do Maranhão, teve início o século XVII, para evitar a ocupação francesa na região. Para isso, o governo da Coroa Portuguesa criou o então Estado do Maranhão e Grão-Pará que foi uma espécie de entidade administrativa que tinha autonomia e cuja capital foi denominada São Luís. Esta organização administrativa foi estratégica para a economia local e perdurou até a segunda metade do século XVIII.

Historicamente, o processo de ocupação das terras do Maranhão foi fortemente marcado por graves violações de direitos humanos: primeiro pela expulsão e perseguição sistemática das populações indígenas para dar lugar à exploração dos recursos naturais. Muitas pessoas indígenas foram capturadas, escravizadas e forçadas a trabalhar para os colonizadores. E, depois, houve intensa migração de pessoas africanas escravizadas que foram conduzidas para realizar trabalho forçado nas lavouras de cana-de-açúcar, arroz e algodão.

Com a promulgação da Lei Áurea, as pessoas escravizadas foram impedidas de permanecer nas fazendas. Foram expulsas e deram lugar à mão de obra de imigrantes europeus. A maioria das pessoas negras, agora libertas, não tiveram direito à terra.

Assim, o Estado do Maranhão tem um legado de violências (ambiental e religiosa) resultante do período colonial, vivenciado atualmente através da concentração de terras, violência no campo e os conflitos agrários atuais. Além da falta de demarcação de terras indígenas e da situação de vulnerabilidade que as pessoas de comunidades quilombolas e ribeirinhas vivenciam diariamente. Também são reflexos diretos de uma colonização que desconsiderou os direitos humanos e a posse da terra por parte dos povos tradicionais.

O cenário de violações de direitos humanos no Maranhão foi marcado por problemas, especialmente de conflitos no campo e no sistema prisional. Ambos intrínsecos ao uso desigual da terra e negação de direitos às comunidades originárias e ex-escravizados, associados à ausência de um sistema de justiça imparcial e efetivo.

Atualmente, o Estado do Maranhão apresenta o maior registro de violação de direitos quanto à permanência, uso e acesso à terra. No Caderno de Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2024) o Estado do Maranhão lidera em



número de registros de violência no eixo terra, com 363 ocorrências em 2024. Destacam-se também os Estados do Pará, com 234 ocorrências; Bahia, com 135; e Rondônia, com 119 ocorrências. As denúncias de violações estão relacionadas, principalmente, à invasão e grilagem de terras, racismo religioso e aos inúmeros assassinatos.

O TAPIRI COM TAMBORES, SINOS E MARACÁS EM DEFESA DOS DIREITOS - MISSÃO ECUMÊNICA NO MARANHÃO

No ano de 2023, dados indicaram que o Maranhão apresentou aumento de 32,6% dos casos de injúria racial (violação do artigo 140, §3º CPB - Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem); entre 2021 e 2022, um aumento de 20,8% nos casos de racismo (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Dentre estes fazem falta recorte específico das violações que incluem o racismo religioso que, desde 2021, vem se tornando frequente e crescente.





Diante desse cenário de grave violação de Direitos, a CESE propôs realizar junto com o Tapiri Maranhão, a 5ª Missão Ecumênica em Defesa de Direitos, que guarda de modo muito concreto o tom profético de denúncia das violações de Direitos e do anúncio de que um novo tempo é possível se com fé, coragem e esperança nos colocarmos a serviço das pessoas que sofrem em seus territórios.

Por ser um Tapiri que agregou uma Missão Ecumênica, além das organizações e movimentos sociais locais, lideranças das igrejas que compõem a CESE e também representantes ecumênicos, foram ainda convidados a participar da audiência pública órgãos do poder público e do sistema de justiça. O principal objetivo desta Missão Ecumênica foi ampliar as vozes de povos e comunidades tradicionais que sofrem violações de direitos e vivenciam os conflitos, considerando a importância de evidenciar os problemas sociais de violação de Direitos às autoridades nacionais e internacionais.

Além das Rodas de Diálogo, foram realizadas também duas vivências e uma audiência pública entre representantes do Estado e organizações da sociedade civil. Em ambos os casos, houve intenso diálogo e escuta ativa dos povos e comunidades representadas, além da produção de um documentário sobre conflitos agrários intitulado S.O.S. Maranhão, em parceria com a equipe do Observatório “De Olho nos Ruralistas”.



QUEM FOI PARA O TAPIRI MARANHÃO PARTICIPOU...





VISITA AO QUILOMBO SANTA ROSA DOS PRETOS

A Fazenda Santa Rosa, que pertenceu até 1898 ao Barão de Santa Rosa, Joaquim Raimundo Nunes Belfort, foi deixada em testamento para usufruto perpétuo dos filhos e descendentes de América Henriques, uma mulher escravizada com quem o Barão teve filhos. Atualmente, os ocupantes do território são seus descendentes diretos e indiretos, formando a Comunidade Quilombola de Santa Rosa dos Pretos. O Incra reconheceu preteritamente, através de Portaria de 2014, uma área de 7.316 hectares como pertencente à comunidade,

“

“Um caule não funciona a partir dos galhos, tem que ter as raízes.”

**ANACLETA PIRES DA SILVA – DO QUILOMBO SANTA ROSA DOS PRETOS –
ITAPECURU-MIRIM, MARANHÃO - EM MEMÓRIA**

”



onde residem 326 famílias, e a Fundação Cultural Palmares emitiu a certificação como remanescente de quilombo, abrangendo 20 comunidades específicas.

Mas, apesar desse reconhecimento e do registro de ocupação desde 2015, o governo federal publicou um decreto autorizando a desapropriação dessas terras, o que gera uma grave contradição e ameaça às famílias locais. O jovem Joércio Pires da Silva, presidente da Associação do quilombo Santa Rosa dos Pretos, relatou que a história de posse da terra remonta a sete famílias de escravizados originárias do quilombo Sítio Velho, pois o Barão Belfort reconheceu oficialmente apenas um de seus filhos com América Henriques, Américo, e deixou-lhe as terras como herança. Desde então, a comunidade manteve o domínio do território por meio de testamentos informais passados pela pessoa mais velha, mas por volta de 1952, esse documento foi perdido, o que deu início a um intenso processo de grilagem e conflitos fundiários. Esse período coincidiu com a construção das rodovias BR-135 e Transnordestina. Das sete famílias originais, a comunidade cresceu para mais de 900 famílias e aproximadamente cinco mil moradores.

Outras lideranças locais relataram violações, invasões ilegais, conflitos violentos e até assassinatos de membros da comunidade. Além da violência física, foram denunciados impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Um ponto destacado foi o racismo religioso, segundo relato de Mãe Severina, *“já faz um tempo que começou a acontecer aqui no quilombo uma série de aliciamento de famílias por igrejas evangélicas que procuram converter as pessoas e famílias de matriz africana”*.

Ao final da visita, a comunidade presenteou a comitiva com uma apresentação de Tambor de Crioula, uma importante manifestação cultural afro-brasileira do Maranhão. A roda foi puxada por Anacleta Pires da Silva, uma reconhecida líder quilombola que faleceu em setembro de 2024, deixando um legado de resistência na luta pelos direitos das comunidades quilombolas no Brasil.



SOS Maranhão: o que dizem os líderes ameaçados pelo agronegócio



Mapa de Violações de Direitos Humanos no Estado do Maranhão



VIVÊNCIA INTER-RELIGIOSA NO TERREIRO CASA FANTI ASHANTI



A segunda atividade do Tapiri Missão consistiu em uma vivência inter-religiosa no Terreiro Casa Fanti Ashanti, fundado por Pai Euclides de Menezes e atualmente liderado por Mãe Kabeca. O local, um espaço sagrado de Tambor de Mina, foi palco de grave racismo religioso: um grupo evangélico realizou ofensas com carro de som na porta do terreiro. Este ato violento impediu a realização dos rituais, causando profunda tristeza, revolta e impactos na saúde mental, especialmente entre os mais velhos.



Inicialmente, havia receio entre as filhas e filhos de santo do terreiro em receber um grupo que incluía cristãos de várias denominações, dada a histórica perseguição. No entanto, a experiência do “Tapiri-Missão” mostrou-se transformadora, tornando-se uma prova viva de que o respeito mútuo e o diálogo são possíveis. Após um momento de escuta, foi realizado um gesto simbólico com a entrega de um estandarte artesanal que marca a passagem do Tapiri-Missão na Casa Fanti Ashanti.

O encerramento foi marcado por um abraço coletivo e pelo canto de “Um sorriso negro”, solidarizando-se com a luta antirracista. A missão se despediu após uma refeição conjunta, celebrando a diversidade e testemunhando que o diálogo inter-religioso é possível e essencial.





AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Audiência Pública no Maranhão, um evento do Tapiri-Missão Ecumênica, serviu como um potente canal de diálogo entre comunidades civis organizadas e o poder público, mediando denúncias sobre um histórico de violações de direitos no Estado. Demandada por lideranças locais, movimentos sociais e comunidades tradicionais, a audiência teve como objetivo central construir ações efetivas de combate a essas violações e ao racismo estrutural.

O cenário exposto foi de abandono e conflito. Lideranças indígenas, como Jacirene Guajajara, fizeram um veemente “pedido de socorro” frente às constantes violências em seus territórios. Já Maria Antônia, quebradeira de coco babaçu, ecoou o sofrimento de muitas comunidades ao relatar o descumprimento de leis protetivas e a luta pela titulação de terras, onde o Estado, que deveria protegê-las, as deixa à mercê de fazendeiros.

A intolerância religiosa foi denunciada com vigor. A Iyalorixá Jô Brandão destacou a luta judicial desigual enfrentada pelos povos de axé, enquanto uma liderança indígena do povo



críticas ao poder público foram contundentes, apontando sua omissão e morosidade, além da denúncia da ausência de representantes do poder público estadual, principalmente do Ministério Público, que foi interpretada pelas mais de 150 lideranças religiosas e de movimentos sociais como descaso e falta de compromisso com o povo.

A audiência também destacou as demandas da população LGBTQIAP+, que, conforme relatou Ayrton Ferreira, vive completamente desassistida, sem políticas públicas para reduzir sua vulnerabilidade à violência e à desigualdade, enquanto os números da violência contra a comunidade continuam subindo no Maranhão e no Brasil.

Silva Leite, do movimento negro, reforçou a necessidade de fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher e cobrou uma postura mais firme e respeitosa

do Estado perante a sociedade civil. Paralelamente, representantes quilombolas trouxeram à tona os impactos diretos do agronegócio, descrevendo a contaminação de água, solo e a saúde de suas comunidades pela pulverização aérea de agrotóxicos em plantações de soja, com a conivência do órgão ambiental estadual.

Por fim, a audiência consolidou-se como um espaço de luta e resistência, unindo vozes diversas em um mesmo apelo: a exigência de respostas concretas e a efetiva implementação de direitos constitucionais há muito negados. A mensagem final foi clara: não há democracia real no Maranhão enquanto persistirem o racismo, a LGBTfobia, o racismo religioso e ambiental, e o feminicídio, exigindo-se uma atuação urgente e decisiva do poder público para reverter esse quadro de violações.



QUEM FOI PARA O TAPIRI MARANHÃO CONTOU...

“

“Minha comunidade vem sofrendo, sistematicamente, com a pulverização de agrotóxicos de plantações de soja; essas pulverizações, além de agredir o meio ambiente provocando contaminação da água, dos rios, prejudicam a saúde das pessoas da minha comunidade... Nós fizemos várias denúncias na Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e nenhuma providência foi tomada. Por causa da omissão do Estado o conflito pode se agravar... Onde estão estabelecidos os campos de soja, também há contaminação de poços artesianos, em razão de contaminação do lençol freático, já que o veneno contamina a água e o solo e afeta as comunidades... Além da pulverização com agrotóxicos, a área tem sido invadida por caçadores... O Movimento Quilombola do Maranhão tem contribuído no fortalecimento da luta pelos direitos das comunidades quilombolas...”

CARLITO DE LIMA SILVA, TERRITÓRIO QUILOMBOLA TANQUE DA RODAGEM E SÃO JOÃO, MUNICÍPIO DE MATÕES

”

“

“De 2021 a 2022, minha casa foi apedrejada, incendiada por atos de racismo, de preconceito e intolerância religiosa, onde deixou sequelas na comunidade interna, e na comunidade externa. Essa agressão ao meu espaço sagrado deixou várias sequelas, isso é importante dizer, muitas pessoas aqui conhecem o problema. Então a gente vive, nesse momento, à espera de uma resposta do poder público em relação aos atos que aconteceram na minha casa, na minha instituição, no meu espaço sagrado. Desculpe os evangélicos se tiver alguém aqui, mas eu digo assim, se ele faz o culto, eu toco tambor, se ele ora, eu rezo e se ele tem revelação, eu tenho incorporação, dentro da minha casa, com meus encantados, voduns e orixás.”

PAI LINDOMAR DE XANGÔ, LIDERANÇA DO TERREIRO DOM MIGUEL E INTEGRANTE DA REDE NACIONAL DE RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E SAÚDE/RENAFRO - EM MEMÓRIA

”



QUEM FOI PARA O TAPIRI MARANHÃO LEVOU...

“

“É importante que cada pessoa presente entenda seu papel no enfrentamento à violência contra a mulher para fortalecer a luta coletiva... Então a gente precisa ver que nessa luta nós temos vários pontos a serem trabalhados, fortalecimento da geração de liderança, fortalecimento da liderança, saber qual é e para que chamado eu devo ir. E se fortalecer, porque se o Estado não responde, é porque ele não vê a força, se o Estado não nos reconhece depois das eleições, a gente tem que saber da resposta do período das eleições. Por que que a sociedade civil é chamada para lá, para cá, para segurar a bandeira e depois a coisa termina... A gente precisa se respeitar. Fortalecer, precisa somar com nossos pares... É importante cobrar do Ministério Público...”

SILVIA LEITE, MILITANTE DO MOVIMENTO NEGRO NO MARANHÃO, FUNDADORA DO CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO/CCN

”

“

“Nós temos que falar sobre agronegócio, e denunciar nessa audiência, porque uma fonte que fortalece agronegócio é a entrada de grande exploração nas terras indígenas do Maranhão é o MATOPIBA, nós temos que cobrar, pressionar o Estado para atrasar projeto MATOPIBA. Os Estados têm que respeitar e têm que ficar do lado dos povos indígenas porque MATOPIBA está pressionando muito os povos indígenas lá na minha base, no meu território e nos 12 territórios canela está sendo muito ruim. Cada vez mais aumenta a entrada dos grandes empreendedores e está atrapalhando o andamento dos processos dos territórios que está em fase de revisão, né?”

RICARDO CANELA, MORADOR DO MUNICÍPIO DE FERNANDO FALCÃO

”

TAPIR I MATO GROSSO



O CHÃO QUE PISAMOS

A ocupação e organização do Estado do Mato Grosso também tem suas raízes históricas na colonização a partir do século XVIII. A política de expansão territorial através das incursões bandeirantes foi fortemente marcada por violações de direitos, a exemplo de captura forçada (rapto) e escravização de diversas etnias indígenas, como os Bororo e os Paiaguá, além de violência sexual contra as mulheres indígenas. A colonização do território fez parte de uma política expansionista impulsionada pela busca de riquezas (pedras preciosas e/ou minerais raros).

A caravana de bandeirantes inicia a ocupação da região de Mato Grosso. Esta teve como objetivo manter os domínios das terras do Arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, ligado à Capitania de São Paulo, no controle do governo português. Trinta anos depois, foi criada a Capitania de Mato Grosso.

A região vivenciou diversos ciclos econômicos que impulsionaram a migração em massa de pessoas em busca de riquezas. O primeiro foi o ciclo do ouro, com instalação de acampamentos de mineradores, e resultou em fortes impactos nas densas florestas, poluição dos rios, conflito e invasão de terras indígenas e escravização. Uma história de muitas lutas e resistência de povos que não se permitiam escravizar sem resistir. Em seguida, as terras desmatadas foram sendo ocupadas por gados e cultivo de grãos. Assim, a região passou a vivenciar o ciclo da agropecuária que, ainda hoje, é a principal fonte de economia do Estado, mas que leva a diversos conflitos.

Com o esgotamento das jazidas de ouro no final do século XVIII, a economia da região entrou em declínio. A população de Cuiabá diminuiu significativamente, e o Estado viveu um período de estagnação. A economia se voltou para atividades de subsistência e, gradualmente, para a pecuária, com a criação de gado.

No século XIX, com a Proclamação da República e a autonomia dos Estados, o foco da ocupação se deslocou. O governo passou a incentivar a chegada de fazendeiros e a criação de grandes propriedades de terra, especialmente no sul do Estado, onde se desenvolveram as vastas fazendas de gado.





No período, após a promulgação da República, o governo brasileiro incentivou a migração de fazendeiros e ocupação de grandes extensões de terras, porém, sem uma política agrária definida e sem demarcação das terras indígenas efetivadas. Isso resultou em conflitos agrários e fortes violações dos direitos humanos, amparadas pelos fundamentalismos, em particular o racismo religioso no território que se perpetua até os dias atuais.

TAPIRI MATO GROSSO

Diferente da maioria dos Estados da Amazônia Legal, em Mato Grosso havia um movimento ecumênico minimamente articulado que incluía principalmente católicos e luteranos que participaram da realização do Tapiri, todavia, ambos falaram da dificuldade para construir juntos uma agenda em comum.

O Tapiri foi um lugar seguro de diálogo, denúncias, consolo e esperança compartilhado por representações de organizações da sociedade civil, comunidades indígenas e quilombolas, representantes do poder público. Todas se reuniram com o objetivo comum de dialogar sobre a luta pelos direitos humanos e resistência, buscando caminhos possíveis para enfrentar os fundamentalismos e combater os racismos e violências praticadas no Estado.

As pessoas que estiveram presentes nos dois dias deixaram falas de denúncia e profundo sofrimento. Mas, por outro lado, levaram consigo alento, esperança e energia renovada para continuarem na luta. Houve trocas de afeto e compartilhamento de estratégias. Desta forma, o espaço seguro de diálogo, o Tapiri, foi um recanto onde foi possível repensar a luta e construir rede de apoio e enfrentamento aos fundamentalismos que violam a vida das pessoas que vivem no Estado do Mato Grosso.

As palavras **racismo** e **racismo religioso** foram proferidas em contextos diversos, evidenciando que as comunidades indígenas e pessoas de religião afro-brasileira vivem situações diárias de violações, sem direito a desfrutar de um estado laico e democrático, onde sua liberdade religiosa seja respeitada. A palavra **violência** esteve mais associada ao sofrimento que os indígenas Warao sofrem, que inclui a violência religiosa e de gênero contra suas mulheres. A **discriminação** foi referenciada como prática comum em relação às comunidades quilombolas, raízes, benzedeadas e a pessoas afrodescendentes. Para as pessoas participantes do Tapiri Mato Grosso, o **racismo** é estrutural e tem raízes históricas e, por isso, é muito importante que toda a sociedade dialogue para encontrar caminhos possíveis pelo fim de todas as suas formas.



“

“A divindade amorosa que trouxe cada um de nós aqui hoje é a divindade de luz feminina que gesta e cuida de todas as formas de luta, de vida e de formas de amar.”

MARIA DORALICE DA SILVA - COLETIVO DE MULHERES CAMPONESAS E URBANAS

”

QUEM FOI PARA O TAPIRI MATO GROSSO CONTOU...

“Na minha comunidade de Mata Cavalo existe muito sofrimento e guerra na disputa pela terra e discriminação de quem trabalha com plantas medicinais e ervas do cerrado. Eu sofri discriminação porque trabalho com as ervas. Não se pode trabalhar com mau sentimento, com as pessoas fazendo calúnia... Aprendi a não ficar calada quando se é discriminada e desrespeitada. Tenho orgulho da minha origem e do trabalho que faço em prol da saúde das pessoas, participando de feiras, comércio com exposição de produtos... Fui discriminada na faculdade por ser mulher, quilombola, negra e mais velha.”

JACIRA CORREA S. SILVA, RAIZEIRA E REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA SESMARIA BOA VIDA MATA CAVALO

“Não fazemos mais parte da religião de matriz africana, pela perda de território e da identidade religiosa. Ao perder o território, perdemos a religiosidade... Hoje estamos aqui, me identifiquei, entendi a linguagem e isso nos fortalece na luta e dizer o que a gente é e o que a gente quer! E precisamos lutar pelo que se é e pelo que se quer!... Fazer canoa, flecha, tudo eu sei fazer porque eu sou desse povo!”

**LOURENÇO PEREIRA LEITE, COLÔNIA Z-2 -
E REPRESENTANTE DE COMUNIDADE
TRADICIONAL DA ETNIA GUATÔ**

“A situação da pesca, na verdade, é a situação do pescador e da pescadora que sofre com a violência do estado.”

**ENILZA DA SILVA, REDE DE COMUNIDADES
TRADICIONAIS PANTANEIRA**



“

“É preciso seguir em frente em busca de apoio e direitos, direitos das mulheres e de todos. Existe racismo em qualquer lugar... Existem 43 povos no Mato Grosso, estamos unidos, de mãos dadas, na luta por nossos direitos e na defesa uns dos outros. Estamos nos juntando aos aqui presentes no Tapiri...”

OSMARINA MORIMA, POVO INDÍGENA APIAKÁ/FEPOINT/INSTITUTO RAONI

”

“

“Por que as crianças podem ir para a Catequese e não podem ir para o Terreiro? O problema não foi o dia 13, mas o dia 14. No dia 13 éramos escravos, no dia 14 passamos a ser todos bandidos!”

GENADIR VIEIRA DOS SANTOS (AXÊ), MST/CASA DE AXÊ SEMEAR

”

“

“O machismo bate à porta de todas as mulheres. Num país que fecha as portas para o axé, onde o acarajé de Yansã se torna o bolinho de Jesus... há uma apropriação indébita de nossa cultura.”

YÁ ROSANA PEREIRA DE BRITO, ILÊ ASÉ IDASILÊ ODÊ OPÔ OLUAYÊ

”



“

“Nós somos filhos de onde? Somos filhos da terra, todos nós viemos da terra, todos nós vivemos da terra e todos nós voltaremos para a terra.”

LINDSEY SÁ, PRESIDENTA DA ASSOCIAÇÃO DA COMISSÃO DA LAVAGEM DAS ESCADARIAS DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO

”



QUEM FOI PARA O TAPIRI MATO GROSSO LEVOU...

“

“A saúde popular, baseada na utilização de ervas medicinais locais, é a principal estratégia de cuidado da saúde da população. Mas existe muito preconceito em relação às benzedadeiras e erveiras. As denúncias e processos judiciais não avançam, e são arquivados, devido à insuficiência de provas.”

MARIA PASCHOALINA BARBIERI, ASSOCIAÇÃO BIOENERGÉTICA DO MATO GROSSO

”

“

“O fundamentalismo religioso nasce politicamente, tem um viés político. Todos os discursos neopentecostais trabalham contrariamente à promoção de políticas públicas do povo preto.”

MARIA DORALICE DA SILVA, COLETIVO DE MULHERES CAMPONESAS E URBANA

”

“

“O fundamentalismo capitalista, patriarcal oprime as mulheres, principalmente as mulheres negras... O que mais incomoda ao capitalismo são nossos corpos negros! Não há legalização do aborto, mas não é que queiramos legalizar o aborto, mas que respeitem nossos corpos, que respeitem nosso sofrimento e nossa dignidade. Assim é preciso que o SUS funcione, que as políticas sociais se efetivem e que possam defender os corpos sofridos das mulheres. Os principais opositores são os fundamentalistas religiosos que agem em nome do Deus branco.”

YÁ ROSANA PEREIRA DE BRITO, ILÊ ASÉ IDASILÈ ODÉ OPÔ OLUAYÊ

”

“

“Eu quero lutar! Não é só por mim, mas com vocês lutar pelos direitos de todos!”

LOURENÇO PEREIRA LEITE, COLÔNIA DE PESCADORES Z - 2, E REPRESENTANTE DE COMUNIDADE TRADICIONAL DA ETNIA GUATÔ

”

“

“Eu que sou pescadora, ao contrário do que diz o governador, não me sinto uma pobre coitada. A gente que é pescadora não quer deixar de ser pescadora porque é o que a gente ama fazer. A gente não quer qualificação, a gente quer nosso direito de sobreviver.”

BEATRIZ RAMOS ORNELAS, COLÔNIA DE PESCADORES Z - 2

”



TAPIRI AMAPÁ





O CHÃO QUE PISAMOS

Localizado no extremo norte do Brasil, na Região Amazônica, o Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname. Antes de 1988, sua história foi marcada por disputas e um status político em evolução. A região foi objeto do Contestado Franco-Brasileiro, com sua soberania só reconhecida pela França em 1900 através do árbitro suíço. A Região Integrou-se inicialmente ao Pará, sendo elevado a Território Federal em 1943, uma estratégia geopolítica do governo Vargas durante a Segunda Guerra devido à sua localização estratégica. Durante o período territorial, a economia girou em torno da extração de castanha e da exploração de manganês na Serra do Navio. Esse período de administração federal direta pavimentou o caminho para sua emancipação como estado pela Constituição de 1988.

Com uma população de aproximadamente 733.759 habitantes, conforme o Censo de 2022 do IBGE, sua capital, Macapá, concentra mais da metade dos habitantes. A população é majoritariamente negra, com significativa presença de povos indígenas e comunidades quilombolas, refletindo uma rica diversidade étnico-cultural.

A história socioeconômica do Amapá é profundamente ligada a ciclos extrativistas e a grandes projetos desenvolvimentistas, que frequentemente resultaram em violações de direitos humanos e socioambientais. A implantação do Projeto Jari, na segunda metade do século XX, envolvendo monoculturas de larga escala, gerou conflitos fundiários e deslocou comunidades tradicionais. Mais recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari e a expansão da mineração, especialmente de manganês na Serra do Navio (encerrada na década de 1990, mas com legado de impactos), têm sido associadas à degradação ambiental, contaminação de rios e conflitos pela terra. Esses empreendimentos afetam diretamente o modo de vida de ribeirinhos, indígenas e quilombolas, ameaçando sua segurança alimentar e cultural.

As violações se estendem a infraestruturas urbanas críticas, como o precário saneamento básico, que atinge menos de 10% da população, segundo o IBGE (2019), e a questões fundiárias, com altos índices de ocupações irregulares e conflitos agrários. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) documentam anualmente a persistência de ameaças e violências contra lideranças que defendem seus territórios. O contexto de fronteira internacional também cria um cenário vulnerável ao tráfico de pessoas e à imigração ilegal, agravando o quadro de violações. Dessa forma, a trajetória do Amapá evidencia a complexidade entre o desenvolvimento econômico na Amazônia e a garantia dos direitos fundamentais de sua população tradicional.

O TAPIRI AMAPÁ



O Tapiri no Amapá ganhou seu rosto único a partir da beleza e da resistência da diversidade local. Construído coletivamente com a equipe do projeto “*Patak Maymu: autonomia e participação das mulheres indígenas da Amazônia e do Cerrado na defesa de seus direitos*”, que reuniu Mulheres Indígenas Guardiãs de seus territórios, sua estrutura simbólica foi fortalecida pela presença de uma ampla aliança de lutas.

Além de indígenas e quilombolas, povos de terreiros, cristãos e cristãs, artistas populares, profissionais do sexo, imigrantes, trabalhadoras domésticas, mulheres da fronteira e a comunidade LGBTQIAPN+ levaram para o Tapiri Amapá suas cores e, principalmente, suas histórias de lutas, esperanças, coragem e fé.

Desde o início, os conflitos agrários emergiram como um eixo central, expondo a luta incansável pela titulação de territórios quilombolas e o combate permanente contra





as ameaças de invasão que assolam as terras indígenas. Essas não são apenas disputas por terra, mas a linha de frente contra um modelo opressor que despreza direitos ancestrais e comunitários.

Num movimento mais profundo, o encontro revelou como o sagrado se tornou um território de resistência. Em um espaço seguro de confiança, o que os tambores do Marabaixo anunciavam há gerações foi explicitado no testemunho corajoso da Yalorixá Carmem Sheila. Ela narrou sua batalha pessoal e coletiva contra o racismo religioso e o fundamentalismo, reafirmando sua fé e a defesa de seu terreiro como um ato político de existência.

De forma semelhante, as profissionais do sexo compartilharam a felicidade de serem, finalmente, incluídas no diálogo. Suas vozes denunciaram como o patriarcado e os fundamentalismos religiosos tentam invisibilizar e rejeitar suas existências, criminalizando seus corpos e negando sua dignidade. A prostituição forçada e os alarmantes desaparecimentos de mulheres nas regiões de fronteira foram trazidos à tona como crises urgentes, exigindo um combate direto à violência de gênero.

A comunidade LGBTQIAPN+ participou ativamente dos diálogos do Tapiri que relacionavam Direitos Humanos aos fundamentalismos religiosos e explicaram como estava sendo difícil garantir direitos básicos para a comunidade ao tempo em que precisavam enfrentar os discursos de ódio de uma sociedade adoecida que muitas vezes contribui para o apagamento físico e social de pessoas LGBTQIAPN +.

Assim, o Tapiri do Amapá se consolidou como um espaço seguro de denúncia e coragem. Ele evidenciou que a luta contra o racismo, o patriarcado e a injustiça agrária, é a luta por Direitos, travada diariamente por essa rede de guardiãs que, unidas, transformam sua diversidade em potência para enfrentar todas as adversidades.





QUEM FOI PARA O TAPIRI AMAPÁ CONTOU...

“A comunidade só tinha religião católica e a gente fazia nossas práticas africanas da nossa religião de matriz africana nas nossas casas. Não havia casas de terreiros lá. Mas estava nos quartos seu congá escondido. Porque sofria muita repressão da Igreja Católica. Mas a gente nunca deixou de praticar...”

CIMONE REIS, INTEGRANTE DA CONAQ

“Quando se trata das mulheres amazônidas, vemos uma colonização de outras regiões e países na cultura, na linguagem e na culinária nortista. Além da captura dos produtos fornecidos aqui, o que causa uma mudança no modo de vida amazônico, a subalternidade e inferioridade das mulheres que já vêm enraizada dentro desses fundamentalismos religiosos... Nossos corpos estão ali para servir, servir a sociedade, servir a família, servir a comunidade, servir o marido...”

JOAQUINA LINO, MOVIMENTO ARTICULADO DAS MULHERES DA AMAZÔNIA MAMA

“Quem cresce dentro do meio religioso significa carregar um peso muito grande do que pode e não pode fazer, isso é um impacto na vida dessa mulher...”

MCYANNA SILVA, MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO/MNU

“Falo enquanto mulher LGBTI que esse fundamentalismo acaba nos banindo e tolhendo nossos direitos. As igrejas não nos acolhem... É na religião de matriz africana que encontramos, que somos acolhidas...”

OANES SANTOS, PRESIDENTE DO GRUPO DE HOMOSEXUAIS E THILDES DO AMAPÁ/GHATA

“Precisamos sair desse lugar de servidão que muitas vezes é imposto pela igreja ou por essa sociedade machista que tenta dizer que existe coisa de homem e coisa de mulher...”

RUTE LUCIANA NEGREIROS DOS SANTOS, INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DO AMAPÁ/IMENA

QUEM FOI PARA O TAPIRI AMAPÁ DEIXOU, LEVOU...

“

“Esse fundamentalismo religioso baseado em cima das mulheres vem muito da forma literária de interpretar e ler a Bíblia sagrada, lá no livro de Gênesis quando diz Deus criou o homem e depois da costela de Adão fez a mulher... Aliás, pessoas interpretam como se a mulher estivesse o tempo todo debaixo dos braços ou atrás... A mulher nasce e é ensinada que o homem é o sexo dominante.

O Brasil, mesmo sendo dito como liberal, livre e democrático, ele ainda assim é o país que mais mata as pessoas LGBTQs. Pessoas trans, então, no Brasil, têm uma estimativa de vida de 35 anos apenas. Eu, graças a Deus, já passei dessa estimativa. Sou um sobrevivente, né? Então, essas pessoas LGBTQs, elas começam o sofrimento dentro de casa. São expulsas de casa ainda na adolescência. E quando expulsas de casa, se as igrejas estivessem de portas abertas para acolher essas pessoas, nós não teríamos adolescentes se suicidando, não teríamos tanta doença mental.”

ALLAN GRAEL, CONSELHO MUNICIPAL DE MACAPÁ

”

“

“O fundamentalismo, além de tudo, é uma ferramenta de controle e posse. Posse sobre a sua mente, sobre o seu coração ou sobre o seu corpo. No caso das mulheres e dos negros e das negras o fundamentalismo foi usado como ferramenta de colonização...”

MÁRCIO NOVAES, LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

”

“

“A gente tem crianças que não entendem esse processo (fundamentalismo religioso e relações inter-religiosas), por exemplo: eu cresci num lar católico, eu vou acompanhar o ritual católico, eu cresci num lar evangélico, eu vou seguir o ritual evangélico, eu cresci num lar onde tem candomblé eu vou seguir os rituais... Então perceba que aquela criança tem uma inocência e ela não é culpada, ela chega à escola e é frontada, sendo que a escola a gente fala que é um lugar laico, então como é que eu tenho problema quando eu chego na escola... E a gente precisa dizer para essas crianças quem veio antes delas... Que existe toda uma luta de resistência e existência para que elas possam continuar a lutar por garantia de direitos...”

JOANES SANTOS, PRESIDENTE DO GRUPO DE HOMESSEXUAIS E THILDES DO AMAPÁ/GHATA

”

“

“Precisamos sair desse lugar de servidão que muitas vezes é imposto pela igreja ou por essa sociedade machista que tenta dizer que existe coisa de homem e coisa de mulher...”

RUTE LUCIANA NEGREIROS DOS SANTOS, INSTITUTO DE MULHERES NEGRAS DO AMAPÁ/IMENA

”



TAPIRI RORAIMA



O CHÃO QUE PISAMOS

A história de Roraima é marcada pela forte presença de povos indígenas, como os Macuxi, Wapixana, Taurepang e Yanomami, com uma história ininterrupta naquela terra que precede em milênios a formação do próprio estado brasileiro.

É importante dizer que, assim como em todo o continente, a chegada dos europeus a partir do século XVI causou profundas transformações. Doenças, violência e a exploração econômica que dizimaram populações e desestruturaram muitas sociedades. No entanto, os povos Indígenas de Roraima resistiram e mantiveram sua presença contínua na região.

A colonização efetiva, no entanto, foi lenta, baseada na pecuária e em missões religiosas, integrando o território ao estado do Amazonas até se tornar uma unidade federal autônoma em 1988.

As consequências de um processo de colonização violento se reflete até os dias atuais, de acordo com o Atlas da Violência (2025), Roraima é o quinto Estado mais violento do Brasil. As taxas de homicídios são maiores que a média nacional (igual a 21) e, no período de 2020, registraram cerca de 40 homicídios para cada mil habitantes. A violência no Estado está fortemente associada a disputas territoriais devido à ausência de políticas públicas de demarcação de terras e proteção das reservas e comunidades indígenas e quilombolas.

Durante o período de 2019 a 2022, o mundo presenciou a escalada da crise humanitária que se instalou no Estado. Os meios de comunicação e entidades de defesa dos Direitos Humanos denunciaram graves violações que afetaram principalmente pessoas em vulnerabilidade social, comunidades indígenas, em particular os Yanomamis, e pessoas imigrantes e refugiadas venezuelanas.

A ação do garimpo ilegal em terras indígenas ocasionou aumento dos conflitos, agressões e até assassinatos de indígenas na região, devido à omissão do poder público. Devido ao garimpo ilegal, aumentou a poluição dos rios por mercúrio, resultando em contaminação e disseminação de doenças respiratórias. As comunidades passaram fome devido à falta de alimento em razão da mortandade de peixes nos rios, poluição do solo e impedimento da atividade de caça e agricultura.

Durante a crise de saúde pública, devido ao Covid-19, a falta de assistência médica adequada e a omissão de órgãos governamentais para prestar ajuda humanitária agravou



e houve significativo aumento na mortalidade entre os indígenas da região, em particular crianças e idosos. O Estado de Roraima teve uma das maiores taxas de mortalidade por 100 mil habitantes, devido à Covid-19, sendo uma das mais elevadas do país.

Atualmente, as principais violações de direitos humanos estão diretamente relacionadas à crise de saúde pública dos povos indígenas e ao acolhimento e atenção básica aos imigrantes venezuelanos. As palavras em destaque que apareceram durante o Tapiri Ecumênico e Inter-religioso foram racismo, preconceito, indígenas, ataque, direitos, criminalização e luta. Sendo que as palavras racismo e preconceito estavam sempre conjugadas e se referiam ao fundamentalismo religioso e violação do direito indígena de confessar sua religiosidade e expressar sua cultura no corpo, cânticos e modo de viver. A intolerância religiosa tem aumentado na região devido ao avanço das religiões fundamentalistas cristãs.

As palavras direitos, luta e indígena refletiram que as comunidades estavam sofrendo com a invasão das reservas indígenas, contaminação dos rios e desmatamento da floresta. As ações predatórias do garimpo ilegal foram denunciadas como aspectos da crise humanitária e de saúde entre as populações indígenas que estavam tendo seus direitos constitucionais violados com omissão do poder público da região. A palavra comunidade também esteve presente nos relatos das pessoas representantes de quilombolas, comunidade de terreiro e indígenas quando faziam referências às experiências coletivas de violações sofridas pelo grande capital do agronegócio, madeireiro e mineradoras.



...A HISTÓRIA DE LUTAS NAS TERRAS DE RORAIMA

O Tapiri em Roraima consolidou-se como um espaço de articulação para diversos grupos, como povos indígenas, quilombolas, comunidades de terreiro, juventudes, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Durante dois dias de diálogo, os participantes compartilharam vivências de racismo, preconceito e outras violências com base em suas trajetórias religiosas no estado.

A imigração emergiu como um tema importante, trazido pela presença de pessoas imigrantes e de Organizações Baseadas na Fé, como a Cáritas Brasil, que atuam junto a essas comunidades. As discussões destacaram que Roraima, sendo a principal porta de entrada terrestre do Brasil com um intenso fluxo de venezuelanos, apresenta desafios que vão além da burocracia legal. Os imigrantes precisam superar uma profunda vulnerabilidade social e a xenofobia, chegando com recursos escassos e enfrentando obstáculos para conseguir moradia, emprego e alimentação dignos em um contexto local já fragilizado.

O evento evidenciou a ligação entre crenças fundamentalistas e seus impactos na proteção das populações e territórios amazônicos. Diante disso, os participantes enfatizaram a importância do conhecimento tradicional e da defesa dos territórios sagrados e ancestrais. O Tapiri, assim, sublinhou o potencial das comunidades religiosas de base em assumir um papel de liderança no combate ao racismo religioso e na proteção dos povos e de seus territórios tradicionais, reforçando a necessidade de esforços contínuos para promover a liberdade religiosa na Amazônia roraimense.

“

“É de suma importância a realização do Tapiri Ecumênico Inter-religioso, pois ele reúne organizações do campo e da cidade, além de envolver homens, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos.”

MARIA GERLÂNDIA, MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST

”

VIVÊNCIA NA ALDEIA INDÍGENA, SERRA DA MOÇA

Desde o Tapiri Maranhão, foram incluídas visitas a alguns territórios que enfrentam e resistem às mais diversas formas de retirada de direitos. Neste local, o principal enfrentamento estava diretamente relacionado com o avanço da monocultura da soja. Relataram que suas terras foram invadidas pelo avanço do agro e eles, que antes tinham acesso aos mananciais de água, agora são proibidos de abastecer a comunidade, pois a água não lhes pertence mais. Disso decorrem uma série de violações e ameaças à comunidade, como, por exemplo, o envenenamento por agrotóxicos.

Mas ressaltaram que na Aldeia eles resistem cuidando do seu território ancestral e promovem os aspectos culturais para fortalecer a identidade do povo. Este aspecto pôde ser testemunhado pelo grupo através da dança feita pelas crianças da escola indígena local.



QUEM FOI PARA O TAPIRI RORAIMA CONTOU...

“Sou uma mulher afro-indígena e entendo profundamente a interseccionalidade do racismo e da violência contra a mulher, especialmente no contexto indígena e das populações negras de Roraima. A preservação do meio ambiente, em particular do Rio Branco, é fundamental para nossa sobrevivência e para combater a crise climática. Trago aqui um colar de sementes como símbolo da luta contra a violência de gênero, um problema grave que afeta muitas mulheres, especialmente as indígenas. Essas jóias, além de terem um valor cultural, representam a autonomia financeira para as mulheres, que, através do artesanato, podem se sustentar e construir uma vida mais digna.”

MÁRCIA DE ANDRADE BRASIL, UNIÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

“A experiência de ser migrante em Roraima não tem sido fácil. Muitos de nós passaram por momentos de grande dificuldade ao tentar entrar no Brasil, deixando para trás tudo o que conhecíamos. Atualmente, alguns vivem em abrigos indígenas, onde enfrentamos preconceitos como: ‘Vocês são migrantes, não têm espaço aqui.’ Mas a nossa associação busca mudar essa realidade. Queremos mostrar que os indígenas migrantes têm muito a contribuir para a sociedade. Temos diversos projetos em andamento, e um deles é ocupar espaços e mostrar a nossa força e nossa cultura.”

MILLY RODRIGUEZ, ASSOCIAÇÃO DOS INDÍGENAS MIGRANTES DE RORAIMA/AMIR

“A luta pelos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, em Roraima, é marcada por desafios e um dos obstáculos mais persistentes, e nocivos, é a influência dos fundamentalismos religiosos. A intolerância, o preconceito e a discriminação, muitas vezes disfarçados de moralidade, têm um impacto profundo na vida de milhares de pessoas, impedindo o pleno exercício de seus direitos e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.”

SEBASTIÃO DINIZ NETO, REPRESENTANTE DO GRUPO DIVERSIDADE DE RORAIMA

“Esta é a minha luta, a luta das mulheres. Através das minhas mobilizações, busco compartilhar conhecimento e fortalecer nossos movimentos. Quero mostrar um pouco da nossa história, das lutas que enfrentamos por nossos direitos. Como artesã, mãe e mulher, trabalho com artesanato e medicina tradicional.”

SHERON BARBOSA DA SILVA, ORGANIZAÇÃO DOS INDÍGENAS DA CIDADE

“O movimento de mulheres camponesas é a nossa bandeira...Mulheres resistentes, nós estamos em muitos estados do Brasil e na luta pela visibilidade da mulher do campo, não só do campo, floresta, água, cidades...”

RAINIELLY BARBOSA SOARES, MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS



QUEM FOI PARA O TAPIRI RORAIMA LEVOU...

“

“As folhas que utilizamos para banhos, como a erva-de-santa-bárbara, são elementos fundamentais em nossos rituais. A preparação desses banhos, que chamamos de ‘quartilha’, envolve a utilização de uma cabaça, que simboliza o útero e a fertilidade. Acreditamos que cada folha representa um orixá, uma divindade específica, e possui propriedades energéticas únicas. Ao utilizarmos essas folhas em nossos banhos, conectamo-nos com as forças da natureza e fortalecemos nosso corpo e espírito. É importante ressaltar que esses rituais possuem um significado profundo para nossa cultura e nos ajudam a manter o equilíbrio espiritual.”

EKEDI ROSA MARIA RODRIGUES BARROSO, TERREIRO EGBÉ YEWALE BEMY

”

“

“É preciso apontar e criticar as interpretações fundamentalistas da Bíblia que reforçam a subordinação feminina e a discriminação contra grupos minoritários. As crenças religiosas podem ser utilizadas para justificar a violência contra as mulheres e limitar seus direitos, pois existem muitos casos de feminicídio como uma das consequências da violência de gênero, destacamos a importância de nomear e denunciar essas práticas”.

ANTÔNIA PEDROSA, REPRESENTANTE DO NÚCLEO DE MULHERES DE RORAIMA E MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

”

“

“... A criação do MNU representou um marco importante na luta pelos direitos da população negra, especialmente durante a ditadura militar, quando a organização de movimentos sociais era reprimida..., o MNU tem contribuído significativamente para a construção de políticas públicas voltadas para a população negra (...)É através da união de diferentes movimentos que podemos fortalecer a luta por um Brasil mais justo e igualitário.”

ANTÔNIO DE SOUZA NASCIMENTO, MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO DE RORAIMA

”

TAPIRI TOCANTINS



O CHÃO QUE PISAMOS

O Estado do Tocantins, criado pela Constituição Federal de 1988 como coroamento de lutas separatistas seculares, carrega em sua curta história uma profunda contradição entre a promessa de desenvolvimento e graves violações de direitos humanos. Sua trajetória é fortemente marcada por conflitos fundiários e ambientais, agravados pela ausência de uma política agrária eficaz e pela expansão descontrolada da fronteira agrícola.

Localizado na Amazônia Legal, o Estado é uma área crítica devido ao avanço do agronegócio, da pecuária e do desmatamento, que resultam em violências sistemáticas contra populações tradicionais. As terras indígenas, especialmente das etnias Karajá, Xerente e Krahô, sofrem constantes invasões de madeireiros e grileiros, enquanto as comunidades quilombolas enfrentam a lentidão judicial e a oposição de grandes fazendeiros na luta pela titulação de seus territórios, ameaçando seus modos de vida ancestrais.

Grandes projetos de infraestrutura, como usinas hidrelétricas e a Ferrovia Norte-Sul, têm provocado o deslocamento forçado de famílias, muitas sem a devida compensação, violando seus direitos à moradia e ao trabalho. Paralelamente, a ausência de leis específicas de proteção expõe a comunidade LGBTQIAPN+ a violências cotidianas, e um sistema de justiça lento e ineficiente gera impunidade para crimes contra defensores de direitos humanos e comunidades, perpetuando um ciclo de violência.

Contudo, diante dessas violações, a resistência do povo tocantinense se ergue. A luta histórica pela criação do Estado é o primeiro marco dessa resistência, que se mantém viva na perseverança dos povos indígenas e quilombolas na defesa de seus territórios. Neste contexto, iniciativas como o Tapiri Ecumênico e Inter-religioso emergem como vozes potentes de resistência contra os fundamentalismos. Atuando como um fórum de discussão, essa estratégia promove o diálogo sobre justiça social, paz, direitos humanos e a preservação do Cerrado. Sua mensagem ecoa a crença de que a união e o diálogo são caminhos possíveis para construir uma sociedade tocantinense justa, equitativa e sustentável.



O TAPIRI ENTRE ATABAQUES, SINOS E MARACÁS

MISSÃO ECUMÊNICA NO TOCANTINS



Diante do cenário de grave violação de direitos, principalmente no quilombo do Rio Preto, a CESE propôs realizar, junto com o Tapiri Tocantins, a 6ª Missão Ecumênica em Defesa de Direitos que guarda o tom profético de denúncia das violações de direitos e do anúncio de que um novo tempo é possível se com fé, coragem e esperança, nos colocarmos a serviço das pessoas que sofrem em seus territórios.

Por ser um Tapiri que agregou uma Missão Ecumênica, além das organizações e movimentos sociais locais, lideranças das igrejas que compõem a CESE e também representantes ecumênicos, foram ainda convidados a participar representantes de órgãos do poder

público e do sistema de justiça do Tocantins. O principal objetivo desta Missão Ecumênica foi ampliar as vozes de povos e comunidades tradicionais que sofrem violações de Direitos em seus territórios, considerando a importância de evidenciar os problemas sociais de violação de direitos às autoridades nacionais e internacionais.



“

“É mentira que esse território é o mais novo da Federação. Quando se fala que o TO só tem 36 anos, significa um pagamento da história. Estamos lutando há mais de 500 anos pela mesma coisa: por direito ao território. Estamos lutando por algo básico: “O direito de viver”.

RITA LOPES, MULHER QUILOMBOLA

”



QUEM FOI PARA O TAPIRI TOCANTINS PARTICIPOU...

O Tapiri - Missão Ecumênica do Tocantins iniciou com um momento espiritual inter-religioso e promoveu debates sobre os impactos do fundamentalismo no estado. As exposições, em especial o relato da Yalorixá Roberta Tum – que precisou acionar a Justiça contra pastores por ataques à sua família e ao terreiro –, evidenciaram a predominância do racismo religioso, sobretudo contra as religiões de matriz africana. Percebeu-se ainda a existência, em Palmas, de um movimento dentro do poder público que privilegia vertentes cristãs sectárias, aprofundando a intolerância e o racismo religioso

Além da mesa inicial, o Tapiri Tocantins contou com mais três mesas para ouvir como os fundamentalismos religiosos, políticos e econômicos afetam a vida de quilombolas, indígenas, juventudes, mulheres, extrativistas, comunidade LGBTQIAPN+, trabalhadoras e trabalhadores sem-terra, Movimento dos Atingidos e Atingidas por Barragens, entre outros movimentos e segmentos sociais.

Nesse contexto, os conflitos agrários vividos pelas comunidades quilombolas ganham destaque, exemplificados pela luta da Comunidade Quilombola Rio Preto, em Lagoa do Tocantins. Segundo Rita Lopez, mulher preta quilombola, há anos esta comunidade tem enfrentado uma disputa territorial com fazendeiros e empresários, sofrendo com uma escalada de violência que inclui ameaças de pistoleiros, incêndios criminosos em casas, destruição de roçados e o bloqueio de estradas para isolá-los. A persistência desses ataques, que



se intensificaram mesmo após decisões judiciais favoráveis à comunidade, tornam-se cada vez mais violentas. Importante dizer que tais decisões não são respeitadas, levando pânico à comunidade enquanto assolam o território.

Já Selma, representante dos povos indígenas, abordou o alto número de indígenas que se converteram e abandonaram suas famílias e seus costumes, e explicou que isso afetava diretamente a vida das mulheres indígenas que, ou acompanhavam os maridos, ou eram deixadas com seus filhos. A Sra. Bernadete Aparecida Ferreira, responsável pela Casa de Acolhimento às Mulheres - 8 de maio, também explicou que a Cidade de Palmas é muito violenta para mulheres e que o número de feminicídio tem aumentado significativamente, mas pouca atenção é dada a esses números. Além disso, destacou que as mulheres que estão no interior do Tocantins têm muita dificuldade para registrar queixa pois faltam informações e equipamentos públicos como as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres - DEAM e centros de referências, por isso, os números são subnotificados.

VISITA AO QUILOMBO DO RIO PRETO

Além das rodas de diálogos sobre como os fundamentalismos religiosos, políticos e econômicos impactam as lutas por Direitos Humanos e Socioambientais no Tocantins, quem foi ao 6º Tapiri-Missão participou da vivência no quilombo do Rio Preto onde ocorreu a escuta da comunidade sobre as graves violações de Direitos.



O Quilombo do Rio Preto enfrenta um conflito fundiário intenso e violento por suas terras tradicionais, uma área historicamente ocupada que, a partir de 2023, foi disputada por um antigo loteamento chamado Caracol. A comunidade se vê cercada por uma poderosa aliança de pistoleiros, fazendeiros, empresários e políticos locais, que utilizam de intimidação e força para expulsá-los. A empresa Lagoa Dourada Participações e Serviços é apontada como uma das principais atuantes, adquirindo terras em litígio e empregando táticas de violência para coagir os quilombolas.



Apesar de possuírem o amparo legal, com o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombo e um parecer favorável do IPHAN que tombou seu cemitério como sítio arqueológico, a violência contra a comunidade só se intensificou.

Uma decisão judicial de setembro de 2023, que foi favorável aos quilombolas, reconhecendo sua propriedade sobre a terra, acirrou ainda mais os ânimos dos opositores. A resposta dos grileiros foi um aumento de ataques, incluindo a destruição de roças, incêndio de casas e disparos de armas de fogo nas proximidades para aterrorizar as famílias quilombolas.

Diante dessa grave violação do direito à terra e à vida, a comunidade quilombola demonstra profunda resistência. A luta pelo território vai além da questão material; é a defesa de sua história, cultura e ancestralidade. A persistência em permanecer no local, mesmo sob constante ameaça, é a principal forma de resistência, sustentada pela legitimidade de seus direitos historicamente conquistados e pelo reconhecimento oficial de suas raízes no local.

VIVÊNCIA INTER-RELIGIOSA NO TERREIRO IIÊ ASE OMO LAYÊ LOYÁ SILÉ

Quem foi ao Tapiri Missão Tocantins também participou da visita ao Ilê Ase Omo Layê Loyá Silé, onde aconteceu uma roda de diálogo sobre racismo religioso, pois embora seja considerada a capital da fé, Palmas revela a perigosa instrumentalização da religião para silenciar outras expressões religiosas, legitimar poderes econômicos e políticos que destroem o rico bioma da região, os modos de vida ancestrais dos povos originários, tradicionais, das religiões de matriz africana, além de aprofundar os racismos.



QUEM FOI PARA O TAPIRI TOCANTINS CONTOU...

“Não existe política pública nem plano de combate ao racismo religioso... É importante dizer que, em nenhum Estado da federação acontece o que acontece aqui. A Capital da Fé é uma política pública do município, uma cidade com 30 anos. Estamos falando de milhões.”

DEYZE DOS ANJOS, UNIÃO DE NEGROS E NEGROS PELA IGUALDADE/UNEGRO

“Trabalhamos muito no sentido de defender a regularização fundiária dessas pessoas e na defesa da posse desses espaços ocupados. Trazer visibilidade para essas comunidades e movimentos sociais, que sofrem às vezes até com o sistema de justiça... Segundo o artigo 5º da Constituição, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”

DRª KÊNIA FERNANDES, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

“Eu fui fazer o curso de Direito porque descobri que a caneta é a nova chibata, e que é preciso arrancá-la da mão de quem quer continuar usando contra nós.”

RITA LOPES, MULHER QUILOMBOLA/QUILOMBO RIO PRETO



QUEM FOI PARA O TAPIRI TOCANTINS LEVOU...

“

“Algumas coisas estão no campo do debate, outras, a gente precisa ter coragem para fazer.”

**PASTOR WELLINGTON SANTOS,
ALIANÇA DE BATISTAS DO
BRASIL/ABB**

”

“

“Terras sim, barragens não... Água para vida e não para morte... Água e energia, não são mercadorias... Vocês só têm direito de serem reconhecidos como atingidos se seguirem o que o pastor está falando. Votar em fulano de tal.”

**JUDITE DA ROCHA. MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR
BARRAGENS/MAB**

”

“

“Aqui no Tocantins, quando você se torna amigo das religiões de matriz africana, você se torna inimigo e acaba sofrendo o mesmo assédio...”

**REVERENDO GERALDO MAGELA, DIOCESE
ANGLICANA DE BRASÍLIA/CASA A+/IEAB**

”

“

“Existe uma intolerância religiosa que se embasa no racismo, na ideia de uma supremacia da branquitude.”

ROMI BENCKE, CONIC/FEACT

”

“

“A natureza te ensina. Quando eu penso no sistema da produção desenfreada de alimentos, o que acontece é uma agressão à natureza. De fato, ela dará uma resposta. Ela vai sacudir o homem.”

**LOURIVALDO SOUZA, COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DO TOCANTINS/COEQTO**

”

“

“Na tradição cristã, todos somos irmãos. A nossa terra é a nossa mãe, Deus, nosso pai... Nós temos uma herança em comum, mas tivemos, infelizmente, os conquistadores que chegaram à nossa América, trouxeram a espada e trouxeram junto a cruz. Esse é um pecado, que, como igreja, precisamos assumir. Reconhecemos esse pecado e queremos voltar às raízes de nossa igreja: uma igreja para todos os povos... tem que quebrar o esquema patriarcal e buscar ser coerente com a mensagem de Jesus... Jesus não fundou nenhuma igreja. Ele não veio anunciar nenhuma igreja, mas veio anunciar o reino de Deus e a vida plena para todos. Esse é o lema... precisamos beber das origens, e a origem é o amor universal entre todos.”

SARA SANCHES, INSTITUTO TERRA DE DIREITOS

”

“

“Que nossa fé nos leve a fazer justiça.”

HELENA LIMA, CNBB

”



RACISMO RELIGIOSO

RACISMO AMBIENTAL

TAPIRI ACRE

RACISMO ESTRUTURAL

FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO

FUNDAMENTALISMO POLÍTICO

FUNDAMENTISMO ECONÔMICO

VIOLENÇA E AMEAÇAS

DESRESPEITO À DIVERSIDADE

ASSÉDIO RACIAL DISCRIMINAÇÃO EXPLORAÇÃO



O CHÃO QUE PISAMOS

A incorporação do território acreano ao Brasil, no alvorecer do século XX, é frequentemente narrada como um épico de bravura e diplomacia, simbolizada pela figura dos “poetas-bandeirantes” e pelo Tratado de Petrópolis. No entanto, esta narrativa oficial obscurece a realidade de uma conquista fundada na violência. A região, então sob influência boliviana, foi palco de uma invasão massiva de seringueiros brasileiros, atraídos pela “febre branca” da borracha. Esse processo de ocupação foi, desde seu início, um projeto de espoliação, que ignorou por completo os direitos dos povos originários, tratando a floresta e seus habitantes ancestrais como um vazio a ser dominado e explorado. O ciclo da borracha, portanto, não foi apenas um capítulo econômico, mas a fundação de um modelo de desenvolvimento predatório que deixaria marcas profundas na sociedade e no meio ambiente acreano.

As violações de direitos humanos e socioambientais foram a tônica desse período. Os povos indígenas, como os Yaminawá, Ashaninka, Kaxinawá e muitos outros, enfrentaram um verdadeiro genocídio, sendo expulsos de seus territórios tradicionais, escravizados nos seringais ou dizimados por doenças e pela violência dos caucheiros e seringalistas. O sistema de aviamento, que endividava perpetuamente os trabalhadores, criou uma forma de escravidão por dívida, submetendo nordestinos e indígenas a condições análogas à servidão. O meio ambiente, base de toda a vida e cultura local, foi severamente degradado com a exploração desordenada das seringueiras e a caça predatória, desestruturando ecossistemas inteiros e comprometendo a soberania alimentar das populações.

Contudo, a história do Acre é, sobretudo, uma história de resistência teimosa e corajosa. A própria Revolução Acreana, embora liderada por interesses seringalistas, contou com a massa de seringueiros anônimos que lutaram por um lugar ao sol. Ao longo do século XX, a resistência se organizou nas figuras de líderes como Chico Mendes e Wilson Pinheiro, que transformaram a luta pela terra em um movimento de projeção mundial. Chico Mendes, herdeiro da cultura seringueira, articulou a aliança pioneira entre povos da floresta – seringueiros e indígenas – criando o conceito das “Reservas Extrativistas”, um modelo de conservação com base no uso sustentável e na justiça social. Sua luta e seu assassinato em 1988 colocaram o Acre no centro do debate global sobre direitos humanos e ambientais.

Hoje, a resistência do povo acreano, em especial dos povos indígenas, permanece viva e mais necessária do que nunca. Eles são os guardiões da floresta, enfrentando novas ameaças como o avanço do agronegócio, a grilagem de terras, projetos de infraestrutura



predatórios e a escalada do desmatamento. A luta pela demarcação de terras indígenas e o fortalecimento das políticas de proteção socioambiental são as frentes contemporâneas dessa batalha histórica. A trajetória do Acre ensina que a verdadeira integração de um território não se faz pela espoliação, mas pelo reconhecimento e respeito aos direitos daqueles que, com sua cultura e resistência, são os verdadeiros construtores da identidade acreana.

O TAPIRI NO ACRE

O último Tapiri Ecumênico e Inter-religioso realizado no Acre reuniu representantes de diversas comunidades em um ambiente de esperança e diálogo. Participantes de regiões distantes viajaram por dias para contribuir com a construção coletiva de uma sociedade mais justa e equitativa. O evento destacou-se como uma pausa revigorante e um espaço de resistência, simbolizado pela coragem de duas mulheres sob proteção que se recusam a abandonar suas terras e famílias, afirmando: *“Eu não me curvo diante do meu inimigo.”*

Os relatos no Tapiri expuseram graves violações de direitos humanos, com destaque para conflitos de terra, violência de gênero, intolerância religiosa e um sistema prisional racista. Os conflitos agrários são impulsionados pela invasão de latifundiários em terras de pequenos agricultores, comunidades indígenas e áreas de reserva, gerando desmatamento



e violência. Paralelamente, o Acre enfrenta uma epidemia de feminicídios, com dados alarmantes que mostram a maioria das vítimas como mulheres negras e pardas em situação de vulnerabilidade. O sistema de justiça é frequentemente apontado como ineficiente e cúmplice da impunidade.

Essas violências possuem raízes históricas e estruturais, sendo o racismo um fator central. O encarceramento em massa atinge desproporcionalmente a população negra, que representa 95% dos presos no Estado. A luta contra essas injustiças tem um alto custo, lembrado pelos assassinatos de defensores de direitos humanos, como Chico Mendes. A ausência de políticas públicas eficazes agrava esse cenário, onde denúncias da sociedade civil são constantemente ignoradas.

Diante desse contexto desafiador, o Tapiri Ecumênico e Inter-Religioso se afirmou como um espaço vital de aprendizado, diálogo e renovação, onde as organizações participantes reforçaram a crença de que o diálogo inter-religioso é possível e indispensável para a construção de um futuro pautado pela justiça social, equidade e sustentabilidade ambiental.

QUEM FOI PARA O ACRE PARTICIPOU...



VIVÊNCIA NO TERREIRO LUZ DIVINA

Quem foi para o Tapiri Acre participou de uma profunda imersão ecumênica e inter-religiosa, focada no combate ao fundamentalismo e ao racismo religioso. A vivência no terreiro de Umbanda Luz Divina, foi marcada por emoções e agradecimentos como “eu queria muito conhecer um terreiro”, foi uma ação educativa fundamental. Essa visita desmistificou práticas das espiritualidades de matriz africana e afro-brasileira, permitindo que os participantes experienciassem diretamente culturas antes distorcidas pelo preconceito. O ato simbólico de assinar o estandarte e o “partir e comer o pão juntos” no jantar consolidaram esse momento como uma memória coletiva de luta pela união e pelo respeito entre as diferentes crenças.

VISITA A RESEX CHICO MENDES

Além da dimensão religiosa, quem esteve no Tapiri Acre participou de um ato de solidariedade e memória política na Reserva Extrativista Chico Mendes. A vivência ouviu o apelo de ameaçados como o sr. Raimundão, e resgatou a história da aliança entre seringueiros e indígenas, forjada por lideranças como Chico Mendes. Foi um reencontro com as raízes da luta pela preservação da floresta e dos seus povos, lembrando que a conquista da reserva foi fruto da união contra a ganância do capital e do latifúndio. O evento se consolidou, assim, como um espaço integral de resistência, entrelaçando a defesa da terra e a celebração da diversidade espiritual como faces da mesma luta por justiça.



QUEM FOI PARA O TAPIRI ACRE CONTOU...

“Para o povo Huni Kui, não existe divisão entre o ser humano e a natureza; entre a terra, a floresta e os seres das águas. Tudo estava conectado... Não há desconexão com o verdadeiro mundo, muitas vezes bebemos da mãe terra, comemos da mãe terra e respiramos da mãe terra. Somos irmãos, somos filhos de uma única mãe terra e vivemos numa única casa chamada planeta. Acreditamos em Deus, mas, também, acreditamos na nossa espiritualidade, nessa nossa conexão espiritual. A espiritualidade está ligada ao nosso dia a dia, a gente não precisa de um templo para poder estar conectado com a nossa espiritualidade.”

NINAWA INU, DA FEDERAÇÃO DO POVO HUNI KUI DO ESTADO DO ACRE

“...O fundamentalismo vem camuflado, vem em forma de projetos, ele vem em forma tão sutil que muitos companheiros batem palma achando que esse é o projeto do bem, mas ele é um projeto criminoso, porque quando falamos dos extrativistas, o fundamentalismo é de uma forma muito cruel.”

COSME CAPISTANO, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT



“Queria perguntar aos líderes religiosos se poderiam fazer o dever de casa de trabalhar sobre o machismo? Já que é uma questão de todas as religiões. Que Deus é esse que vocês servem que matam mulheres? Pregamos a paz, porém, essa paz mata mulheres pretas, brancas e demais.”

ALMERINDA OLIVEIRA, ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DO ACRE

“Com quem podemos contar? Mês que vem meu filho faz 12 anos, e são 12 anos de ameaças. O filho da Cosma sumiu, eles dizem que é a facção, mas até hoje ninguém deu uma resposta.”

SARA BRAGA MARTINS, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/CPT

“Hoje estou aqui e já fui muito ameaçada, torturada, minha filha já passou por horas amarrada. Sempre fui instruindo meus filhos sobre os caminhos bons. Se temos esse direito então porque não nos dão esse direito. Não consigo sequer assinar um documento. As pessoas vêm na porta da minha casa me obrigar a dar dinheiro pra facção criminosa. No meio desse sorriso que eu coloco existe um coração que sofre muito.”

**COSMA BEZERRA, MULHER
SERINGUEIRA DA COMUNIDADE
SERINGAL SÃO BERNARDO**



QUEM FOI PARA O TAPIRI ACRE LEVOU...

“

“Esse é o único lugar que a gente tem, o fazendeiro quer tomar e não dá esse direito para nós, esperamos que as autoridades olhem para a gente para fazer algo por nós, que não temos para onde ir.”

JOSÉ RAIMUNDO, RESEX CHICO MENDES

”

“

“Eles estão entrando nos lotes das comunidades, no seringal, estão botando o lacre na madeira e estão tirando. Agora que deram uma parada... hoje não posso brocar um roçado, não posso plantar nada porque minha área está embargada totalmente. Então eu vivo como? Mas hoje, para onde eu vou se eu sair da minha terra? O que será de mim? Então, eu só peço que as autoridades vejam isso e tratem isso com urgência. A gente tá pedindo socorro para ontem, não é para hoje não. Então, que as autoridades competentes vejam a nossa luta e quem botem em prática uma solução para nós, assim agradeço meu espaço.”

EXTRATIVISTA DA RESEX CHICO MENDES

”





O QUE VIMOS, OUVIMOS E APRENDEMOS...

O Tapiri Ecumênico e Inter-religioso partiu de Belém do Pará em 2022, por ocasião do X Fórum Social Pan-Amazônico, com a proposta de ouvir como o avanço da aliança fundamentalista, religiosa, política e econômica impactou a luta por direitos humanos e socioambientais na Amazônia Legal. Após percorrer os nove estados da Amazônia Legal – Pará, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Amapá, Roraima, Tocantins e Acre –, retornamos agora a Belém durante a COP30 para compartilhar um pouco do que vimos e ouvimos no chão dos territórios, onde sempre pisamos com muito respeito.

A escuta apresentada de modo resumido nesta publicação nos revelou alguns aprendizados.

A aliança fundamentalista também está fortemente presente em todos os territórios da Amazônia Legal. Dos três aspectos, o religioso parece ser o que tem maior permeabilidade nos movimentos e nas comunidades, pois está sempre atrelado ao sagrado e a aspectos morais do comportamento humano. Desse modo, a pauta moral ganha destaque sobre a pauta de direitos, o que dificulta enormemente a articulação das lutas sociais.

Outro ponto relevante é que, apesar dos fortes ataques fundamentalistas às pautas de direitos e aos movimentos sociais, encontramos pessoas cristãs em muitos movimentos e segmentos sociais construindo a resistência juntas. Isso significa que os fundamentalismos religiosos não fazem referência a um único grupo religioso, embora saibamos que os movimentos neopentecostais têm uma maior aderência a essas pautas.

O fundamentalismo religioso vem atravessando a fronteira do Estado laico, construindo narrativas que negam a realidade, criminalizam defensores de direitos e organizam golpes contra a democracia, minando suas bases. Essas bases votam nos políticos que ocupam principalmente o legislativo municipal, estadual e federal, os quais mantêm uma relação simbiótica com o eleitor, mediada por um discurso religioso. Essa relação aproxima o cidadão da política pela fé no político, e não pelo exercício político que luta por políticas públicas para melhorar a qualidade de vida da população e promover o bem-estar social.

Mais do que uma escuta qualificada, que buscou amplificar as vozes que ecoam nos territórios, os Tapiris proporcionaram uma conexão das bases. Em um movimento singular,

congregou pluralidades que estavam presentes nos mesmos espaços – muitas vezes lutando suas batalhas diárias – mas que nunca haviam dialogado sobre seus pontos em comum ou sobre como poderiam apoiar-se mutuamente.

O Tapiri também foi um espaço em que os veteranos iniciavam os mais novos, mas também aprendiam com eles; em muitos movimentos, a juventude estava presente, chegando, participando e construindo juntos.

O Tapiri conectou fé, esperança e luta e percebeu que o diálogo respeitoso e digno é uma ferramenta poderosa para construir pontes que nos ajudam a transpor as fendas abertas no chão do Brasil pelos fundamentalismos religiosos, políticos e econômicos.

“Cada vez que ouvimos estes relatos, mais indignadas ficamos, porque quando a gente perde a capacidade de se indignar, perdemos toda a nossa humanidade. E eu, como mulher, formada pela teologia da libertação, canto: “Pai nosso dos pobres marginalizados, Pai nosso dos mártires, dos torturados. Teu nome é santificado naqueles que morrem defendendo a vida; teu nome é glorificado, quando a justiça é nossa medida; teu reino é de liberdade, de fraternidade, paz e comunhão. Maldita toda a violência que devora a vida pela repressão...” Esse era o nosso canto que animava as comunidades para a luta... Então queremos renovar nosso compromisso com essas comunidades. Afinal de contas, não queremos apenas voltar para nossas casas e ficar satisfeitas e confortáveis, e não mais se incomodar com tudo o que está acontecendo aqui.”

SÔNIA GOMES MOTA, CESE





REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/resolucoes>. Acesso em: 29 ago. 2025.

ANCED. Violações de direitos humanos em Rondônia serão denunciados a ONU. <http://www.ancedbrasil.org.br/violacoes-de-direitos-humanos-em-rondonia-serao-denunciados-a-onu/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Configuração atual da Amazônia Legal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei de criação da Amazônia Legal. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 de jan. 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Entra em vigor lei que altera limites de reservas extrativistas em Rondônia. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1119625-entra-em-vigor-lei-que-altera-limites-de-reservas-extrativistas-em-rondonia/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Relatório da missão contra violações de direitos humanos decorrentes de conflitos agrários e socioambientais no Estado de Rondônia - 22 a 26 de agosto de 2022. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/271/simple-search?query=&sort_by=score&order=desc&rpp=10&filter_field_1=subject&filter_type_1>equals&filter_value_1=VIOLA%C3%87%C3%83O+DE+DIREITOS+HUMANOS&filter_field_2=author&filter_type_2>equals&filter_value_2=Brasil.+Conselho+Nacional+dos+Direitos+Humanos&etal=0&filtername=subject&filterquery=CONFLITO+AGR%C3%81RIO&filtertype>equals. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Encarte 1 - RB do Jaru. ICMBio. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/rebio-do-jaru/arquivos/encarte-1-rb-do-jaru.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Em Rondônia, MDHC destaca compromisso com a garantia de direitos de adolescentes em medidas socioeducativas. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/em-rondonia-mdhc-destaca-compromisso-com-a-garantia-de-direitos-de-adolescentes-em-medidas-socioeducativas>. Acesso em: 29 ago. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Relatório da missão contra violações de direitos humanos decorrentes de conflitos agrários no estado de Rondônia de 22 a 26 de agosto de 2022. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-contra-violacoes-de-direitos-humanos-decorrentes-de-conflitos-agrarios-no-estado-de-rondonia-de-22-a-26-de-agosto-de-2022>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CERQUEIRA, Daniel (coord.) et al. Atlas da Violência 2025. IPEA, 2025.



CNJ. Projeto Maria Urgente amplia alcance a vítimas de violência doméstica em Rondônia. 2025. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/projeto-maria-urgente-amplia-alcance-a-vitimas-de-violencia-domestica-em-rondonia/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo Brasil 2024. Goiânia: CPT Nacional, 2025.

GALEANO, Eduardo. As Veias Abertas da América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. 7. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DE RONDONIA – TERRITÓRIO AMEAÇADO. [S. l.], 2014. Disponível em: https://issuu.com/edufro/docs/planejamento_e_gestao_do_territorio_na_amazonia/s/11083855. Acesso em: 29 ago. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Impactos da pandemia da covid-19 nas crianças e adolescentes serão avaliados em Rondônia durante Conferência Estadual. 2023. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/impactos-da-pandemia-da-covid-19-nas-criancas-e-adolescentes-serao-avaliados-em-rondonia-durante-conferencia-estadual/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Três Unidades de Conservação de Rondônia são inseridas no programa Áreas Protegidas da Amazônia. 2016. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/mais-tres-unidades-de-conservacao-de-rondonia-sao-inseridas-no-programa-areas-protegidas-da-amazonia/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. Observatório 2024 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil. 2024. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/Observatorio_2024_de_Mortes_Violentas_de_LGBT-release-20-jan.-2024.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

HEMMING, John. A Conquista da Amazônia: A Luta Indígena Pela Sobrevivência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). População indígena e Terras Indígenas: Censo Demográfico de 2022. IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Região Norte. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes-socioambientais-e-consolidacao-territorial-em-ucs/programa-de-voluntariado-do-icmbio/regiao-norte>. Acesso em: 29 ago. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Resex do Rio Ouro Preto, em Rondônia, completa 35 anos. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/resex-rio-ouro-preto-em-rondonia-completa-35-anos>. Acesso em: 29 ago. 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN - Rondônia. Disponível em: <https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/RO/>. Acesso em: 29 ago. 2025.





INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). SALVE. Disponível em: <https://salve.icmbio.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Número de Terras Indígenas na Amazônia Legal:. Localização e extensão das TIs. Povos Indígenas no Brasil, [s. d.]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_Tis.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Atlas da Violência 2025. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>

LEGISLATIVA DE RONDÔNIA. Audiência pública encaminha estratégias de políticas públicas às mulheres vulneráveis. 2023. Disponível em: <https://www.al.ro.leg.br/noticias/audiencia-publica-encaminha-estrategias-de-politicas-publicas-as-mulheres-vulneraveis>. Acesso em: 29 ago. 2025.

RIBEIRO, DARCY. O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Reservas Extrativistas. Disponível em: <https://www.sedam.ro.gov.br/post/cuc--reservas-extrativistas>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SANTOS, Luana. O cenário da pandemia, impõe desafios ainda maiores para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher no estado de Rondônia. Revista da Advocacia de Rondônia, 2021. Disponível em: <https://revista-ro.adv.br/o-cenario-da-pandemia-impoe-desafios-ainda-maiores-para-o-enfrentamento-da-violencia-domestica-contra-a-mulher-no-estado-de-rondonia/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SILVA, D. R. da; MARINHO, C. L.; PEREIRA, M. F. P. Letalidade e características dos óbitos por COVID-19 em Rondônia: estudo observacional. Revista Saúde em Sociedade, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/s9XR5ZWVjtBJrNFJMK7khCf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SOUZA, Raíssa Karine de. A violência doméstica a contra mulher: avaliação dos impactos da pandemia Covid-19 no município de Cacoal - RO. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Gestão Pública) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2021. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3472>. Acesso em: 29 ago. 2025.

UNESP. Reservas extrativistas estaduais de Rondônia: uma história em construção. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96145>. Acesso em: 29 ago. 2025.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: A PANDEMIA DE COVID-19 PROVOCOU SUBNOTIFICAÇÃO DE CASOS E/OU AUMENTO DE SUA OCORRÊNCIA? Revista Ciência Plural, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/33880>. Acesso em: 29 ago. 2025.



ISBN: 978-65-85847-18-6

CDL



9 786585 847186



APOIO:

Ford Foundation